

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal /
Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 16 a 23 de junho de 2017

09 Páginas / Ano 1 / Edição nº 030



LEIS

LEI nº. 2650/2017

EMENTA: Institui a regulamentação para a compensação de créditos decorrentes de precatórios com débitos inscritos na Dívida Ativa municipal, e das outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguariaíva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. O crédito tributário inscrito na Dívida Ativa pode ser compensado com débito da Fazenda Pública, autarquias e Fundações do Município de Jaguariaíva, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, constante de precatório judiciário pendente de pagamento.

Art. 2º. Poderão promover a compensação de créditos decorrentes de precatórios, débitos de quaisquer naturezas inscritos em dívida ativa até 08 de maio de 2015, independentemente do seu montante, sendo admitidos:

- a) a compensação integral ou parcial entre créditos recíprocos;
- b) a unificação de débitos distintos para compensação com um ou mais precatórios;
- c) o consórcio de devedores para fins de aquisição de precatórios e compensação;
- d) a alienação de quaisquer tipos de precatórios, independentemente da origem ou da natureza do crédito ou de sua posição na ordem cronológica de pagamento.

Art. 3º. É permitido ainda:

- I. O fracionamento do valor constante de precatório judiciário:
 - a) pertencentes a vários titulares quando houver interesse de todos eles em realizar a compensação;
 - b) quando o valor do precatório judiciário não for utilizado integralmente na compensação;
 - c) no caso de cessão parcial;
- II. Ao devedor incluir na compensação o valor por ele devido, relativamente às despesas processuais já pagas pelo Município e aos honorários advocatícios incidentes sobre o crédito tributário ajuizado.

Parágrafo Único. O valor dos honorários advocatícios incluídos na compensação deve ser repassado no prazo de 30 (trinta) dias, ao fundo indicado na Lei Municipal nº. 2640/2017.

Art. 4º. Os contribuintes em débito para com a Fazenda Municipal poderão negociar a compra de precatórios de terceiros exclusivamente para a finalidade de quitação de débitos inscritos em dívida ativa até 08 de maio de 2015.

§1º. No processo de compensação não será admitida diferença superior a 20% (vinte por cento) em relação ao crédito de precatório remanescente.

§2º. O Poder Executivo não promoverá o pagamento do crédito remanescente de precatório, o qual permanecerá na ordem de pagamento previamente estabelecida para o montante integral, não se convertendo em obrigação de pequeno valor.

§3º. Os créditos de precatórios e os débitos inscritos em Dívida Ativa serão expressos através da Certidão de Crédito de Precatório para fins de compensação e da certidão de débito para fins de compensação emitidas pelo cadastro da dívida ativa a pedido dos interessados.

§4º. As certidões a que se refere o parágrafo anterior representam créditos líquidos e certos para todos os fins e efeitos legais e terão validade de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º. A aquisição de precatórios por terceiros será documentada através de Escritura Pública de Cessão de Créditos, em caráter irrevogável e irrenunciável, na qual constarão as seguintes cláusulas essenciais:

- I. que trata-se de cessão e crédito de precatório cuja finalidade é a compensação com débitos inscritos em Dívida Ativa Municipal;
- II. que a cessão de crédito perde a validade se a compensação não for requerida pelo contribuinte dentro de 15 (quinze) dias a contar da lavratura da escritura.

Art. 6º. O titular do precatório e o adquirente contam com ampla liberdade negocial.

Art. 7º. A compensação, de que trata esta Lei:

- I. importa confissão irretirável da dívida e da responsabilidade tributária;
- II. é condicionada a que a obrigação decorrente da decisão judicial e o crédito tributário a serem compensados não sejam objetos, na esfera administrativa ou judicial, conforme o caso, de qualquer impugnação ou recurso, ou, sendo, haja a expressa renúncia.

Art. 8º. A Procuradoria Geral do Município - PGM fará publicar a lista dos precatórios judiciais pendentes de pagamento pela Fazenda Pública do Município de Jaguariaíva.

Art. 9º. O pedido de compensação deve ser formalizado em Requerimento, do interessado devedor da Fazenda Pública Municipal, dirigido ao Secretário Municipal de Finanças, instruído especialmente com:

- I. documento emitido pela Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN com a indicação do valor preliminar do crédito tributário atualizado;
- II. documento comprobatório da legitimidade em relação ao precatório judiciário, do requerente pleitear a compensação;
- III. documento constando o valor devido relativo às despesas processuais já pagas pelo Município;

§1º. Para efetivação da compensação, o valor do precatório judiciário e do crédito tributário, observada a respectiva legislação, são apurados até a data do Parecer da PGM.

§2º. Os honorários advocatícios incidentes sobre o crédito tributário ajuizado devem ser, para efeito da compensação, calculados pela SEFIN, tomando-se por base a data do parecer da Procuradoria Geral do Município.

§3º. A iniciativa para a realização da compensação não suspende a exigibilidade do crédito tributário, a fluência dos juros de ora e dos demais acréscimos legais, nem garantem o seu deferimento.

§4º. É parte legítima para pleitear a compensação o devedor da Fazenda Pública Municipal que seja, também, titular, sucessor ou cessionário, a qualquer título, de precatório judiciário.

Art. 10. Formalizado o pedido, deve ser submetido a análise e manifestação:

- I. da SEFIN, sobre o interesse e a conveniência na realização da compensação pela Administração Pública;
- II. da PGM, sobre a possibilidade jurídica do negócio.

Art. 11. Atendidas as exigências previstas para a compensação, o Secretário Municipal de Finanças pode, mediante expedição de despacho, homologá-la, determinando, em seguida, as providências necessárias ao registro e a efetivação da compensação.

Parágrafo Único. Homologada a compensação:

I. ficam extintos, parcial ou integralmente, o crédito tributário e a obrigação decorrente de decisão judicial, até o limite efetivamente compensado;

II. subsistindo o saldo de precatório ou de crédito tributário, o valor remanescente permanece sujeito às regras comuns do débito ou do crédito preexistente, conforme o caso, previstas na respectiva legislação.

Art. 12. O Secretário Municipal de Finanças e o Procurador Geral do Município, isolada ou conjuntamente, podem expedir normas complementares necessárias à implementação da compensação de que trata esta Lei.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 19 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2651/2017

EMENTA: Altera a Lei Municipal nº. 2272/2010 - Código Tributário Municipal e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguariaíva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. A Lei Municipal nº. 2272/10 - Código Tributário Municipal - passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 80. (...)

§3º. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local da prestação dos serviços ou, na falta do estabelecimento, no local do tomador exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

XXI. do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XXII. dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 do art. 115, § 2º;

XXIII. do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 do art. 115, § 2º;

Art. 115. (...)

§2º. (...)

1. (...)

1.03. Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.03. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.09. Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº. 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

6. (...)

6.06. Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

7. (...)

7.21. Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11. (...)

11.02. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13. (...)

13.05. Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.

14. (...)

14.05. Restauração, e condicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.14. Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16. (...)

16.01. Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metrô, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02. Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17. (...)

17.24. Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25. (...)

25.02. Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.05. Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 19 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2652/2017

EMENTA: Dispõe sobre o Serviço de Acolhimento familiar provisório de crianças e adolescentes em situação de privação temporária do convívio com a família de origem, denominado serviço família acolhedora.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguariaíva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o Serviço de Acolhimento Familiar Provisório de Crianças e Adolescentes em situação de privação temporária do convívio com a família de origem, denominado "Serviço Família Acolhedora", como parte inerente da política de atendimento à criança e ao adolescente do Município de Jaguariaíva, atendendo ao que dispõe a Política Nacional de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, à garantia dos direitos da Criança e do Adolescente previstos na Lei nº. 8.069/1990 e no Plano Nacional, Estadual e Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à convivência Familiar e Comunitária.

Art. 2º. O Serviço de Acolhimento em Programa Família Acolhedora, constitui-se na guarda de crianças ou adolescentes por famílias previamente cadastradas ao serviço e habilitadas, residentes no Município de Jaguariaíva, que tenham condições de recebê-las e mantê-las condignamente, garantindo a manutenção dos direitos básicos necessários ao processo de crescimento e desenvolvimento, oferecendo meios necessários à saúde, educação e alimentação, com acompanhamento direto da Assistência Social e da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Jaguariaíva.

Art. 3º. Considera-se criança a pessoa com menos de 12 (doze) anos de idade, e adolescente aquele entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade incompletos.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei, compreende-se por crianças e adolescentes em situação de privação temporária do convívio com a família de origem, aqueles que tenham seus direitos ameaçados ou violados, em caso de abandono, negligência, maus tratos, ameaça e violação dos direitos fundamentais por parte dos pais ou responsáveis, destituição de guarda ou tutela, suspensão, perda do poder familiar e desde que verificada a impossibilidade de colocação sob guarda ou tutela na família extensa.

Art. 5º. O Serviço de Acolhimento em Programa Família Acolhedora objetiva:



I. garantir às crianças e aos adolescentes, que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por famílias acolhedoras, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário;

II. oportunizar condições de socialização, através da inserção da criança, do adolescente e das famílias em serviços sócio pedagógicos, promovendo a aprendizagem de habilidades e de competências educacionais específicas correspondentes às demandas individuais deste público;

III. oferecer atendimento às crianças e adolescentes de zero a dezoito anos de idade, em situação de risco pessoal e social, por meio de trabalho psicossocial em conjunto com as demais políticas sociais, visando preferencialmente o retorno da criança e do adolescente, de forma protegida para a família natural, nuclear ou extensa, ou não sendo possível a reintegração familiar, para a colocação em família substituta, não implicando em privação da liberdade;

IV. oportunizar às crianças e aos adolescentes acessos aos serviços públicos, na área da educação, saúde, profissionalização ou outro serviço necessário, assegurando assim seus direitos constitucionais;

V. contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta;

VI. ofertar cuidados individualizados em ambiente familiar;

VII. contribuir para o rompimento do ciclo da violência e violação de direitos em família socialmente vulneráveis.

Art. 6º. O Serviço de Acolhimento em Programa Família Acolhedora, atenderá crianças e adolescentes do Município de Jaguariá, que tenham seus direitos ameaçados ou violados (vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência, e em situação de abandono) e que necessitem de proteção, sempre com autorização judicial.

Art. 7º. Compete à autoridade judiciária determinar o acolhimento familiar, encaminhando a criança ou adolescente para a inclusão no Serviço de Acolhimento em Programa Família Acolhedora.

Art. 8º. As crianças e os adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade somente serão incluídos no Programa Família Acolhedora por meio de determinação da autoridade competente, considerando:

I. a existência de vagas

II. a possibilidade de reinserção na família natural, nuclear ou extensa, ou excepcionalmente de adoção.

Parágrafo Único. Será acolhida uma criança ou adolescente por família, salvo se forem irmãos ou outro motivo justificado.

CAPÍTULO II DOS PARECERES

Art. 9º. O Serviço ficará vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social - SEDES, sendo pareceres:

- I.** Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II.** Vara da Infância e Juventude da Comarca de Jaguariá;

III. Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público Estadual;

- IV.** Conselho Municipal de Desenvolvimento Social;
- V.** Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS;
- VI.** Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - SMECE;
- VII.** Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação - SMIH.

Art. 10. As crianças ou adolescentes cadastrados no Serviço receberão:

- I.** com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas públicas existentes;
- II.** acompanhamento psicossocial e pedagógico pelo Programa Família Acolhedora;
- III.** estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade.

CAPÍTULO III CADASTRO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

Art. 11. A inscrição das famílias interessadas em participar do Programa Família Acolhedora será gratuita e realizada por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Serviço, apresentando os documentos:

- I.** Carteira de Identidade;
- II.** Certidão de Nascimento ou Casamento;
- III.** Comprovante de Residência;
- IV.** Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida, pela Vara Criminal da Comarca de Jaguariá, Juizado Especial Criminal e da Polícia Civil.

Parágrafo Único. Não se incluirá no Serviço pessoa com vínculo de parentesco com criança ou adolescente em processo de acolhimento.

Art. 12. As pessoas interessadas em participar do Programa Família Acolhedora deverão atender aos seguintes requisitos:

- I.** não possuir condenação criminal transitada em julgado, nem estar respondendo a processo criminal ou apresentar potencialidade lesiva, que possa comprometer os objetivos do programa, sempre sob o crivo do juiz;
- II.** ter moradia fixa no Município de Jaguariá há mais de 1 (um) ano¹;
- III.** ter disponibilidade de tempo para oferecer proteção e apoio às crianças e aos adolescentes;
- IV.** ter idade entre 21 (vinte e um) e 65 (sessenta e cinco) anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;
- V.** ser, pelo menos, 16 (dezoisete) anos mais velho do que o acolhido;
- VI.** gozar de boa saúde;
- VII.** declaração de não ter interesse em adoção;
- VIII.** apresentar concordância de todos os membros da família maiores de 18 (dezoito) anos que vivem no lar;

¹ É possível alterar esse período de residência para mais tempo, caso entenda-se mais prudente.

IX. apresentar parecer psicossocial favorável.

§1º. A seleção entre as famílias inscritas será feita através de estudo psicossocial, de responsabilidade da equipe técnica do Programa Família Acolhedora.

§2º. O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais e observação das relações familiares e comunitárias.

§3º. Após a emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão no programa, as famílias assinarão um Termo de Adesão ao Serviço de Acolhimento do Programa Família Acolhedora.

§4º. Em caso de desligamento do programa, as famílias acolhedoras deverão fazer solicitação por escrito.

Art. 13. As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientadas sobre os objetivos do programa, sobre a diferença com a medida de adoção, sobre a recepção, manutenção e o desligamento das crianças e adolescentes.

Parágrafo Único. A preparação das famílias cadastradas será feita através de:

- I.** orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;
- II.** participação nos encontros de estudo e troca de experiências com todas as famílias, com abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes;
- III.** participação em cursos e eventos de formação.

CAPÍTULO IV PERÍODO DE ACOLOHIMENTO

Art. 14. O período em que a criança ou adolescente permanecerá na família acolhedora será o mínimo necessário para o seu retorno à família de origem ou encaminhamento à família substituta.

Parágrafo Único. O tempo máximo de permanência da criança e/ou adolescente na Família Acolhedora não deverá ultrapassar 1(um) ano, salvo situações extremamente excepcionais, a critério da autoridade judiciária, em decisão fundamentada.

Art. 15. A família acolhedora, sempre que possível, será previamente informada com relação à previsão de tempo do acolhimento da criança ou do adolescente, considerando as disposições do art. 19 da Lei nº. 8.069/1990 e suas alterações, devendo ser comunicada que a duração do acolhimento pode variar de acordo com a situação apresentada.

Art. 16. Em regra, o tempo de acolhimento da criança ou do adolescente na família acolhedora será de:

- I.** 01 (um) mês até 01 (um) mês, nos casos de acolhimento emergencial;

II. 01 (um) mês até 03 (três) meses, nos casos de acolhimento de curta permanência;

III. 03 (três) meses até 06 (seis) meses, nos casos de acolhimento de média permanência;

IV. 06 (seis) meses até 01 (um) ano, nos casos de acolhimento de longa permanência.

Art. 17. Os profissionais do Serviço de Acolhimento do Programa Família Acolhedora efetuarão o contato com as famílias acolhedoras, observadas as características e necessidades da criança e as preferências expressas pela família acolhedora no processo de inscrição.

Art. 18. O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante "Termo de Guarda e Responsabilidade Concedido à Família Acolhedora", determinado judicialmente.

Art. 19. Os técnicos do Serviço acompanharão todo o processo de acolhimento através de visitas domiciliares e encontros individuais ou em grupos, com objetivo de facilitar e contribuir com o processo de adaptação da criança ou adolescente e da família acolhedora.

Parágrafo Único. Na impossibilidade de reinserção da criança ou adolescente acolhido junto à família de origem ou família extensa, quando esgotados os recursos disponíveis, a equipe técnica deverá encaminhar relatório circunstanciado à Vara da Infância e Juventude para verificação da inclusão no cadastro nacional de adoção.

Art. 20. A família acolhedora será previamente informada quanto à previsão do tempo do acolhimento da criança ou adolescente para o qual foi chamada a acolher.

Art. 21. O término do acolhimento familiar da criança ou adolescente se dará por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes no retorno à família de origem ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

- I.** acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança;
- II.** acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento da criança, atendendo às suas necessidades;
- III.** orientação e supervisão do processo de visitas entre a família acolhedora e a família que recebeu a criança;
- IV.** envio de Ofício ao Juizado da Infância e Juventude de Jaguariá, comunicando quando do desligamento da família de origem do programa.

Art. 22. A escolha da família acolhedora caberá à equipe técnica, após determinação judicial.

CAPÍTULO V RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 23. A família acolhedora tem a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos enquanto estiverem sob sua proteção, responsabilizando-se pelo que se segue:

- I.** todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, originando-se à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, conferido ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, nos termos do art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- II.** participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;
- III.** prestar informações sobre a situação da criança ou adolescente acolhido aos profissionais que estão acompanhando a situação;
- IV.** manter todas as crianças e/ou adolescentes regularmente matriculados e frequentando assiduamente as unidades educacionais, desde a pré-escola até concluírem o ensino médio;
- V.** contribuir na preparação da criança ou adolescente para o retorno à família de origem, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Programa Família Acolhedora;
- VI.** nos casos de não adaptação, a família procederá à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança acolhida até novo encaminhamento, o qual será determinado pela autoridade judiciária;
- VII.** a transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

CAPÍTULO VI DO SERVIÇO

Art. 24. Deverá ser criada uma equipe para o acompanhamento da família acolhedora e da criança e adolescente, que será composta no mínimo por:

- I.** 01 (um) Assistente Social;
- II.** 01 (um) Psicólogo.

§1º. A cada 20 (vinte) crianças ou adolescentes acolhidos no Programa Família Acolhedora deverá ser acrescido 01 (um) profissional da Assistência Social e 01 (um) psicólogo.

§2º. A contratação e capacitação da equipe técnica é de responsabilidade da SEDES.

Art. 25. A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, à criança e ao adolescente acolhidos e à família de origem, com o apoio da SEDES.

Parágrafo Único. Todo o processo de acolhimento e reintegração familiar será acompanhado pela equipe técnica, que será responsável por cadastrar, selecionar, capacitar, assistir e acompanhar as famílias acolhedoras, antes, durante e após o acolhimento.

Art. 26. O acompanhamento à família acolhedora acontecerá na forma que segue:

- I.** visitas domiciliares, nas quais os profissionais e família conversam informalmente sobre a situação da criança, sua evolução e o cotidiano na família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;
- II.** atendimento psicológico;
- III.** presença das famílias nos encontros de preparação e acompanhamento.
- IV.**

Art. 27. O acompanhamento à família de origem, à família acolhedora, à criança ou ao adolescente em acolhimento e o processo de reintegração familiar da criança, será realizado pelos profissionais do Serviço Família Acolhedora.

§1º. Os profissionais acompanharão as visitas entre criança/família de origem/família acolhedora, a serem realizadas em espaço físico neutro.

§2º. A participação da família acolhedora nas visitas será decidida em conjunto com a família.

§3º. A equipe técnica fornecerá ao Juízo da Infância e Juventude relatório mensal sobre a situação da criança ou adolescente acolhido.

§4º. Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a equipe técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará quanto à possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como poderá ser solicitada a realização de laudo psicossocial com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§5º. Todo processo de acolhimento e reintegração familiar se dará por autorização judicial, nos termos da Lei nº. 8.069/1990.

CAPÍTULO VII DO BENEFÍCIO FINANCEIRO²

Art. 28. As famílias cadastradas no Serviço de Acolhimento do Programa Família Acolhedora, independentemente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por criança ou adolescente em acolhimento, nos seguintes termos:

I. nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 01 (um) mês, a família acolhedora receberá proporcionalmente a bolsa-auxílio ao tempo de acolhida;

II. nos acolhimentos superiores a 01 (um) mês, a família acolhedora receberá bolsa-auxílio integral a cada 30 (trinta) dias de acolhimento, conforme estabelecido em Decreto pelo Poder Público com recursos em dotação orçamentária específica;

III. na hipótese da família acolher grupo de irmãos, o valor da bolsa-auxílio para cada criança ou adolescente poderá ser diminuído.

Art. 29. A bolsa-auxílio será repassada através da emissão de cheque nominal ou transferência bancária, em nome do menor responsável pela família acolhedora.

Parágrafo Único. O valor da bolsa auxílio não será inferior à terça parte do Salário Mínimo.

Art. 30. A bolsa-auxílio será repassada por criança ou adolescente às famílias acolhedoras durante o período de acolhimento, e será subsidiada pelo Município de Jaguariá.

Parágrafo Único. A bolsa-auxílio também poderá ser custeada mediante os recursos alocados no Fundo da Infância e Adolescência (FIA), desde que haja deliberação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nesse sentido.

Art. 31. O imóvel utilizado pela Família Acolhedora ficará isento de pagamento do IPTU.

² O Município pode instituir um benefício financeiro como forma de incentivo à participação da sociedade e garantir dignidade às crianças e adolescentes em acolhimento, já que esse benefício deverá ser revertido em prol do acolhido, nos termos do art. 34 do E.C.A. e art. 227, §3º, VI, da Constituição Federal.

Art. 32. A família acolhedora que tenha recebido a bolsa-auxílio e não tenha cumprido as prerrogativas desta Lei fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

Parágrafo Único. Compete à SEDES processar e julgar casos de descumprimento da presente Lei pelas famílias acolhedoras, bem como destituição aos direitos da criança e adolescente.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. O descumprimento de qualquer das obrigações contidas no artigo 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como de outras estabelecidas por ocasião da regulamentação da presente Lei, implicará o desligamento da família do programa, além da aplicação das demais sanções cabíveis.

Art. 34. A família acolhedora prestará serviços de caráter voluntário não gerando, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício ou profissional com o órgão gestor ou executor do Programa Família Acolhedora.

Art. 35. A família cadastrada no Programa Família Acolhedora, em nenhuma hipótese, poderá se ausentar do Município de Jaguariá com a criança ou adolescente acolhido sem prévia comunicação a equipe multidisciplinar do programa.

Art. 36. Fica o Município de Jaguariá por intermédio da SEDES, autorizado a celebrar convênios com entidades de direito público ou privado, a fim de desenvolver atividades complementares relativas ao Programa Família Acolhedora e subsidiar os custos para a formação continuada das equipes multidisciplinares do Programa Família Acolhedora, dentro da disponibilidade orçamentária.

Art. 37. Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo Municipal em até 30 (trinta) dias.

Paço Municipal, 21 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

LEI nº. 2653/2017

EMENTA: Altera a Lei Municipal nº. 2037/2009, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jaguariá.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguariá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. O artigo 7º da Lei Municipal nº. 2037/2009, passa a ter

Art. 7º. O Conselho de Administração, do IPASPMJ será nomeado por Decreto, por um mandato de 03 (três) anos.

§1º. Os representantes dos servidores ativos e inativos, mencionados no inciso IV do artigo 6.º, e seus respectivos suplentes, para compor o Conselho de Administração serão escolhidos por eleição com voto direto, a ser convocada trinta dias antes do vencimento dos mandatos pelo presidente do IPASPMJ.

§2º. Para poder concorrer a eleição o servidor deverá ser obrigatoriamente estável.

§3º. Ocorrendo vaga no Conselho de Administração por renúncia, falecimento ou outra causa o titular será substituído pelo suplente, e sucessivamente se necessário.

§4º. O membro eleito do Conselho de Administração não poderá ser destituído de seus cargos, a não ser por decisão de Processo Administrativo em que seja respeitado o devido processo legal, ou em razão de ausência não justificada em três reuniões consecutivas.

Art. 2º. O artigo 15º, passa a ter a seguinte redação:

Art. 15º. O Conselho Fiscal, do IPASPMJ será nomeado por Decreto, por um mandato de três anos.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguariá

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica do Município de Jaguariá/PR - Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016.

Cintia Kappke Medeiros - MTB, nº 3621 - PR
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação Social
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
Fone: (43) 3535-5638

E-mail: comunicacao@jaguariaiva.pr.gov.br



§1º. Os representantes dos servidores ativos e inativos, e seus respectivos suplentes para o Conselho Fiscal serão escolhidos por eleição com voto direto, a ser convocada 30 (trinta) dias antes do vencimento dos mandatos pelo presidente do IPASPMJ.

§2º. Para poder concorrer a eleição o servidor deverá ser obrigatoriamente estável.

§3º. Ocorrendo vaga no Conselho Fiscal por renúncia, falecimento ou outra causa o titular será substituído pelo suplente, e sucessivamente se necessário.

§4º. O membro eleito do Conselho Fiscal não poderá ser destituído de seu cargo, a não ser por decisão de Processo Administrativo em que seja respeitado o devido processo legal, ou em razão de ausências não justificadas em 03 (três) reuniões consecutivas.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de recursos orçamentários próprios, suplementados se necessários.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Paço Municipal, 21 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal



DECRETOS

DECRETO nº. 542/2017

Súmula: Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Enxurradas (12200).

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, art. 75 da Lei Orgânica do Município, e pelo inciso IV do art. 8º da Lei Federal nº. 12.608, de 10 de abril de 2012,

Considerando que fortes chuvas atingiram o Município entre os 05 a 07/06/2017, no dia 06/06/2017 que teve o maior volume de chuva foi em média 128,44 mm, em um período de 24h com períodos mais intensos (parcadas de chuva) ocasionando o aumento rápido dos níveis das águas dos rios, danificando pontes, passarela e estradas rurais, afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE anexo ao presente Decreto;

Considerando que como consequência desse desastre, resultaram os danos humanos, materiais e ambientais e os prejuízos públicos e privados descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;

Considerando que o parecer da COMDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações de Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Enxurradas (12200).

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMDEC municipal.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº. 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

- Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo Único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº. 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 8º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 09 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

DECRETO nº. 543/2017

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 68, § 1º da Lei Municipal nº. 2155/2010, e considerando o Protocolo sob nº 07035/2017, abrangendo com Adicional de Insalubridade conforme PPRA e PCMSO, Laudado por Função e Cargo pela Chefe de Divisão de Segurança do Trabalho, Sra. Adriana Aparecida Machado, MTB PR/0011506 e corroborado pelo Médico do Trabalho, Doutor Samuel Stallischmidt, CRM/PR 25332,

RESOLVE

Artigo 1º. CONCEDER Adicional de Insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional à servidora com cargo em provimento efetivo, abaixo nominada:

Matr.	Servidor	Cargo
5450	LENI DA SILVA WAKIMOTO	TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 09 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DECRETO nº. 544/2017

O Prefeito Municipal de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, II da Constituição Federal e 67, IX, X e XI da Lei Orgânica,

Considerando as comemorações alusivas ao 195º aniversário da Proclamação da Independência do Brasil a comemorar-se no dia 7 de setembro de 2017;

Considerando a relevância histórica desta Data Magna para Nação Brasileira e os preceitos culturais permanentes da Administração Municipal;

Considerando a valorização das temáticas históricas do Brasil e fortalecido pelo designio de que Independência é uma conquista de cidadania que se faz a cada momento.

DECRETA

Artigo 1º. NOMEIA a COMISSÃO ORGANIZADORA DOS "FESTEJOS ALUSIVOS À SEMANA DA PÁTRIA 2017", designando os seguintes membros para elaboração dos atos das festividades:

• como Presidente o senhor:

o **RAFAEL GUSTAVO POMIM LOPES**, brasileiro, solteiro, servidor com cargo em provimento comissionado de Diretor de Departamento de Cultura, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 8.073.817-0 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 064.894.779-39;

• como Vice-Presidente o senhor:

o **HISSASHI UMEZU**, brasileiro, casado, servidor com cargo em provimento comissionado de Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 3.619.765 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 134.295.588-91;

• como Coordenadoras Gerais as senhoras:

o **ALCIONE LEMOS**, brasileira, viúva, servidora com cargo em provimento comissionado de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 2.055.075 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 487.819.839-72;

o **ANDRÉIA APARECIDA VALENTIM**, brasileira, divorciada, servidora com cargo em provimento comissionado de Diretora de Departamento da Educação, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 8.036.331-1 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 961.728.359-04.

• como 1ª. Secretária a senhora:

o **PILICIA DE BRITO**, brasileira, solteira, servidora com cargo em provimento efetivo de Historiadora, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 9.077.836-6 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 038.134.659-30;

• como 2ª. Secretário o senhor:

o **SEBASTIAN JUNIOR BUENO**, brasileiro, solteiro, servidor com cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 10.443.733-8 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 066.189.809-17;

• como 3ª. Secretária a senhora:

o **SUZANA LIMA VIEIRA**, brasileira, divorciada, servidora com cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 2.082.705-0 SESP-SC e inscrita no CPF/MF sob nº. 520.786.719-91;

• como Assessoria Jurídica:

o **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.**

• como Representantes por Setor:

• **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SMECE, os senhores:**

o Departamento de Educação, senhora **SELMA STYCHNICKI**, brasileira, casada, servidora com cargo em provimento efetivo de Professora, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 4.739.079-6 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 918.532.309-87;

o Departamento de Cultura, senhora **ANA CLÁUDIA RODRIGUES DE MELLO**, brasileira, solteira, servidora com cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 9.235.927-1 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 071.713.939-50;

o Departamento de Esporte, senhor **EDSON CARLOS JACOBS**, brasileiro, casado, servidor com cargo em provimento comissionado de Diretor de Departamento de Esporte, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 4.019.182-8 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 544.137.029-72.

• Secretaria Municipal de Comunicação Social – SECOM, o senhor:

o **JOSÉ AMILTON ROMÃO**, brasileiro, casado, servidor com cargo em provimento comissionado de Secretário Municipal de Comunicação Social, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 1.426.741-8 SESP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº. 076.822.248-60.

• Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES, a senhora:

o **CLÉIA APARECIDA VALENA SLOBODA**, brasileira, casada, servidora com cargo em provimento comissionado de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 4.757.131-6 SESP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº. 556.646.109-30.

• Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo – SMICT, o senhor:

o **PEDRO LEOCÁDIO DELGADO**, brasileiro, casado, servidor com cargo em provimento comissionado de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 1.554.141 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 214.252.999-20;

• Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação – SMIH, o senhor:

o **SILVIO BARROS DE MIRANDA**, brasileiro, casado, servidor com cargo em provimento efetivo de Eletricista, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.836.123-2 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 805.533.469-20.

• Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, a senhora:

o **AMÁLIA CRISTINA ALVES**, brasileira, solteira, servidora com cargo efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 7.574.174-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 031.325.459-10;

• Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, o senhor:

o **REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM**, brasileiro, casado, servidor com cargo em provimento comissionado de Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 3.148.469-3 e inscrito no CPF/MF sob nº. 366.375.649-15;

• como Coordenadores (as) de Logística, os senhores:

o **AGUINALDO FÉLIX DA SILVA**, brasileiro, solteiro, servidor com cargo em provimento comissionado de Diretor do Departamento de Comunicação Visual – SECOM, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 9.268.720-1 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 047.820.329-27;

o **ANDRESSA WOLTERS**, brasileira, solteira, servidora com cargo efetivo de Professor - SMECE, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 7.155.930-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 007.695.569-90;

o **CRISTIAN SCHMIGUEL**, brasileiro, casado, servidor com cargo em provimento comissionado de Diretor de Departamento de Transporte Escolar - SMECE, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 6.156.575-2 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 900.300.289-49;

o **EZIO FERNANDES DE ALMEIDA JÚNIOR**, brasileiro, divorciado, servidor com cargo em provimento efetivo de Desenhista Técnico - SMIH, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 22.556.916-4 SESP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº. 559.399.379-34;

o **EMERSON POMIM PONCIANO**, brasileiro, solteiro, servidor com cargo em provimento comissionado de Chefe de Divisão Administrativa - SMECE, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 8.359.001-7 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 036.582.269-86;

o **ROBERTO ÂNGELO DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, servidor com cargo em provimento efetivo de Sonoplasta - SMECE, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 9.281.133-6 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 042.131.009-01.

• Como Representantes da Sociedade Civil Organizada, os senhores:

o **FLORINHA APARECIDA PUQUETE**, brasileira, casada, Aposentada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 1.561.021-2 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 835.741.589-04;

o **GABRIELA PLESSNIG STOEKLY JAYME**, brasileira, casada, Professora, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 8.088.869-4 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 071.489.579-23;

• Como Representantes de Entidades Não Governamentais, os senhores:

o **MAYCON JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Padre Diocesano, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 7.064.900-4 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 026.065.459-07;

o **ALAOR JAIR BOELITZ**, brasileiro, casado, Pastor Evangélico, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 9/18780. 018 SESP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº. 419.035.109-10;

Artigo 2º. As festividades serão realizadas de 01 a 07 de

setembro de 2017.

Artigo 3º. Os serviços prestados em decorrência deste

Decreto, serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público (artigo 4º da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 09 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

ALCIONE LEMOS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

DECRETO nº. 545/2017

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 2165/2010,

DECRETA

Artigo 1º. NOMEIA, para o cargo em provimento comissionado de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - SAMA, a senhora **SUZANE FERNANDES DOS SANTOS**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 9.612.556-9 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 053.657.129-51, residente e domiciliada nesta cidade à Rua Marechal Cândido Rondon, 969 - Bairro: Primavera I, percebendo os vencimentos correspondentes ao cargo CC-1 do Anexo I, da Lei Municipal nº. 2165/2010.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 12 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

LEONARDO VON LINSINGEN
Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente



DECRETO nº. 546/2017

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 2165/2010,

DECRETA

Artigo 1º. NOMEIA, para o cargo em provimento comissionado de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL- SEDES**, a senhora **SIRLEI SILVA DOS PASSOS**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 9.382.112-2 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 043.625.679-00, residente e domiciliada nesta cidade à Rua Mario Ferreira Torres, 50 – Bairro: Santa Cecília, percebendo os vencimentos correspondentes ao cargo CC-1 do Anexo I, da Lei Municipal nº. 2165/2010.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 12 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

CLÉIA APARECIDA VALENGA SLOBODA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

DECRETO nº. 547/2017

Súmula: Dispõe sobre a prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de LUIZ CARLOS ERTEL e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, e de acordo com o Decreto nº. 128/2017, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos e responsabilidades praticados por Luiz Carlos Ertel, servidor público municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor, sob matrícula nº. 2.937, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob nº. 05997/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 14 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

DECRETO nº. 548/2017

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X e XI da Lei Orgânica do Município, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 06615/2017,

DECRETA

Artigo 1º. Fica designado para responder pela **DIRETORIA TÉCNICA DO HOSPITAL CAROLINA LUPION - HCL**, integrante da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, o Senhor **ALEXANDER PINHEIRO PIEROLA**, Médico, CRM nº. 31.628/PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 8811.343 SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob nº. 837.491.602-87.

Artigo 3º. Fica Revogado o Decreto nº. 214/2017, datado de 03 de fevereiro de 2017.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na presente data, produzindo efeitos retroativos a 16/05/2017.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 14 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretaria Municipal de Saúde

DECRETO nº. 549/2017

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município, e com base no Protocolo Geral sob nº. 07880/2017,

DECRETA

Artigo 1º. EXONERA, com base na certidão de óbito nº. 07987101552017/400134271004263351, do cargo em provimento efetivo de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SMH**, nomeado que fora através do Decreto nº. 426/2016, o Senhor **SEBASTIÃO PRESTES DE OLIVEIRA FILHO**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 4.438.400-0 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 650.451.659-68.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 16 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

SERGIO CRUZ
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação

DECRETO nº. 550/2017

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 864.592,40** (Oitocentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e noventa e dois reais e quarenta centavos).

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº. 4.320/64 e Lei Municipal nº. 2.626 de 23 de dezembro de 2016,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguaraiava, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 864.592,40** (Oitocentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e noventa e dois reais e quarenta centavos).

02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
08.01 GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.122.0003.2.004 Manutenção dos Serviços Adm. Do Gabinete
3.3.90.36.00.00.00.00 1000 Serviços Terceiro Pessoa Física 2.122,91
Total suplementado: 2.122,91

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.01 GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.122.0010.2.021 Manutenção dos Serviços Adm. da SMH
3.1.90.16.00.00.00.00 1000 Outras Despesas Variáveis 109.119,76
Total suplementado: 109.119,76

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE
09.01 GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.122.0003.2.004 Manutenção dos Serviços Adm. da Sama
3.1.90.16.00.00.00.00 1000 Outras despesas Variáveis 31.017,35
Total suplementado: 31.017,35

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.02 DEPTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0004.2.043 Manutenção do Ensino Fundamental
574 3.1.90.16.00.00.00.00 3103 Outras Despesas Variáveis 11.817,95
3.3.90.32.00.00.00.00 104 Material Distribuição Gratuita 87.100,00
12.361.0004.2.049 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb
3.3.90.30.00.00.00.00 102 Material de Consumo 60.000,00
Total suplementado: 158.917,95

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0018.2.066 Manutenção dos Serviços Adm. do Fundo Munic. de Saúde
3.1.90.11.00.00.00.00 303 Vencimentos e Vantagens 75.745,75
10.301.0018.2.069 Programa de Atenção Básica de Saúde PAB-FIXO
3.1.90.11.00.00.00.00 495 Vencimento e Vantagens 107.781,91
10.301.0020.2.074 Manutenção da Vigilância Epidemiológica
576 3.1.90.11.00.00.00.00 3497 Vencimentos e Vantagens 53.089,23
10.302.0019.2.075 Manutenção do Hospital Carolina Lupion
3.1.90.16.00.00.00.00 303 Outras Despesas Variáveis 21.611,98
10.303.0018.2.076 Manutenção da Clínica Municipal de Fisioterapia
3.1.90.16.00.00.00.00 303 Outras Despesas Variáveis 3.102,00
Total suplementado: 261.300,87

12 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
12.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
12.022.0003.2.034 Manutenção dos Serviços Administrativos da Sedes
3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 50.000,00
08.244.0022.2.082 Manutenção dos Serviços Desenvolvimento pela Cras
577 3.1.90.11.00.00.00.00 3934 Vencimentos e Vantagens Fixas 69.980,65
08.244.0023.2.086 Manutenção dos Serviços Creas - Paefi
579 3.1.90.11.00.00.00.00 3935 Vencimentos e Vantagens Fixas 52.080,98
Total suplementado: 172.061,63

13 SECRETARIA DE COMERCIO INDUSTRIA E TURISMO
13.01 DEPTO DE INDUSTRIA E COMERCIO
22.122.0003.2.032 Manutenção dos Serviços Administrativos da SMCIIT
452 3.1.90.11.00.00.00.00 1000 Vencimentos e vantagens fixas 130.021,93
Total suplementado: 130.021,93
Total Geral Suplementado: 864.592,40

Artigo 2º. Constitui recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de acordo com o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Federal nº. 4.320/64, os seguintes recursos:

I - Orlamentos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2016.

Fonte	Descrição	Valor
3000	Recursos Livres	322.281,95
30103	5% sobre Transferências Constitucionais	11.817,95
30104	Demais impostos vinculados a Educação Básica	87.100,00
30102	FUNDEB	60.000,00
30303	15% Receitas Vinculadas	100.499,73
30495	Recurso Atenção Básica	107.781,91
30497	Recursos Vigilância em Saúde	53.089,23

30935	Recursos Creas	52.080,98
30934	Recursos Cras	69.980,65
		Total: 864.592,40

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2448, de 31 de julho de 2013 (PPA 2014 - 2017).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias.

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 19 de Junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PERES GOMES
Secretário Municipal de Finanças

NARA GISELLE BUENO
Secretária Municipal de Planejamento

DECRETO nº. 551/2017

Súmula: Regulamenta nos termos da Lei Municipal nº. 2608/2016 a autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal em promover Campanha Incentivadora à Arrecadação do IPTU e ISSQN, com a aquisição e doação de prêmios referente ao ano Exercício de 2017 e dá outras providências.

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 2608/2016, e com base no Protocolo Geral nº. 6552/2017,

DECRETA

Art. 1º. Nos termos do art. 13 da Lei Municipal nº. 2608/2016, bem como Anexo desta respectiva Lei e de acordo com a Lei Federal nº. 57668/71 e art. 20 do Decreto Federal nº. 70.951/72, fica autorizado a abertura da Campanha Incentivadora ao pagamento pontual em cota única ou parcelada do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano do ano de 2017.

Art. 2º. A campanha a que se refere o artigo anterior, nos termos do art. 2º da supracitada Lei Municipal, terá como incentivo fiscal aos seus ganhadores os seguintes bens:

- I. 01 (um) veículo automotor - 0 km;
- II. 01 (uma) motocicleta 125 cc - 0 km;
- III. 01 (um) Televisor Smart 42";
- IV. 01 (um) Televisor Smart 42";
- V. 01 (um) Televisor Smart 42";
- VI. 01 (um) Televisor Smart 42";
- VII. 01 (um) Televisor Smart 42".

Art. 3º. Nos termos do art. 3º e seus parágrafos da respectiva Lei Municipal, os ganhadores em ordem de colocação serão identificados mediante sorteio que ocorrerá em Praça Pública enquanto as festividades do evento promovido pela Administração Pública Municipal "Natal para Todos" no dia 22 de dezembro de 2017.

Art. 4º. Em consonância ao disposto no § 2º do art. 3º da Lei Municipal, somente estão passíveis de concorrer ao sorteio de prêmios os contribuintes que efetuarem o pagamento dos respectivos tributos em cota única e aos que optarem pelo parcelamento, respeitarem as regras do parcelamento não lhes sendo admitido o

pagamento em atraso das lâminas, situação em que, serão automaticamente desligados do Programa de Incentivo Fiscal.

§1º. Na eventualidade do ganhador de qualquer um dos prêmios mencionados no art. 2º da Lei Municipal nº. 2608/2016 e reprints dos incisos do art. 2º deste Decreto não terem efetuado o pagamento até a data do vencimento previsto na lâmina, não terá direito ao recebimento do prêmio, sendo automaticamente considerando desligado do Programa de Incentivos Fiscais, procedendo-se a novo Sorteio nos moldes da Legislação Municipal e no que couber deste Decreto.

§2º. Em mesmo sentido não serão considerados participantes do programa os contribuintes que tiverem débitos com a Fazenda Pública Municipal anteriores à publicação deste Decreto executados pelo Poder Público ou não.

§3º. Aplica-se no que couber às regras contidas neste artigo, o disposto no art. 11 da Lei Municipal nº. 2608/2016.

Art. 5º. Em decorrência de procedimento de doação direta aos ganhadores do concurso de prêmios havidos neste programa, as notas fiscais dos bens serão emitidas diretamente em nome do Contribuinte.

Art. 6º. Nos termos do art. 5º da Lei Municipal, serão distribuídos 11.837 (onze mil oitocentos e trinta e sete) camês de IPTU, sendo 11.837 (onze mil oitocentos e trinta e sete) em parcela única ou em três parcelas totalizando 35.511 (trinta e cinco mil quinhentos e onze) parcelas, cabendo destacar que:

I. Para pagamento à vista o contribuinte terá direito a 04 (quatro) cupons, já para pagamento parcelado terá direito a 01 (um) cupom.

II. Para o contribuinte que solicitar no comércio do Município de Jaguaraiava a nota fiscal eletrônica, com valor superior a 0,5 (zero virgula cinco) UFM, ou seja, o equivalente atualmente a R\$ 51,86 (cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos) terá direito a 01 (um) cupom para concorrer aos prêmios, sendo necessário trocar sua nota fiscal pelo cupom junto ao Departamento de Tributação.

III. Poderão concorrer aos prêmios os proprietários de imóveis que tenham sido cadastrados no sistema de tributos da Prefeitura de Jaguaraiava até o dia 28 de novembro de 2017.

§1º. Aplica-se no que couber às regras contidas neste artigo o disposto no art. 10 da Lei Municipal nº. 2608/2016.

§2º. As regras de desligamento automático do Programa de Incentivo constante nos parágrafos do art. 4º deste Decreto também são aplicáveis aos casos em que os camês forem eventualmente cancelados, nos termos dos parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 6º e *caput* do art. 9º, ambos da Lei Municipal nº. 2608/2016.

Art. 7º. Nos termos do art. 6º da Lei Municipal nº. 2608/2018, cada camê equivalerá a 04 (quatro) cupons, quando atendido o pagamento à vista, correspondente ao "Código do Imóvel" no Cadastro Imobiliário da Prefeitura de Jaguaraiava para concorrer os sorteios conforme a opção de quitação do imposto.



Art. 8º. Quando da entrega dos bens sorteados, o ganhador deverá ter o carnê quitado em seu nome ou procuração reconhecida firma no Tabelião de Notas que autorize sua retirada antecipada em nome de terceiro.

Parágrafo Único. Aplica-se o que couber o contido neste artigo, o contido no caput do art. 7º e 8º da Lei Municipal nº. 2608/2016.

Art. 9º. É parte integrante deste Decreto, o Anexo relativo ao Regulamento da Campanha Fiscal em comento.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 20 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ

Procuradora Geral do Município

ANEXO

Regulamento da Campanha Jaguariáiva em Recuperação Fiscal

A promoção denominada JAGUARIAÍVA EM RECUPERAÇÃO FISCAL tem como objetivo incentivar a população de JAGUARIAÍVA a pagar em dia o IPTU, além disso, incentiva a solicitação pela população de emissão da nota fiscal do ISSQN, no valor igual ou superior a 50% da Unidade Fiscal do Município, sendo que este também terá direito a um cupom. O pagamento do IPTU poderá ser realizado através da seguinte forma: em cota única ou parcelada. Essa promoção será válida até 22 de dezembro de 2017, para todas as pessoas físicas e jurídicas proprietárias de áreas territoriais e/ou prediais desde que estejam regularizadas e sem débitos com o Município até 28 de novembro de 2017. Caso a área esteja em nome de terceiro, o contribuinte deverá comprovar a compra da mesma através de contrato de compra e venda ou Escritura Pública. Serão distribuídos os prêmios de acordo com art. 2º desta Lei. Os prêmios serão sorteados no dia 22 de dezembro de 2017 em praça pública junto com as festividades do “Natal para Todos”. Os prêmios serão divididos em categorias. O sorteio será realizado da seguinte forma: primeira categoria, objeto constante no inciso I do art. 2º desta Lei (veículo automotor), segunda categoria, o objeto constante no inciso II do art. 2º desta Lei (motocicleta), terceira categoria, objeto constante no inciso III do art. 2º (televisor), quarta categoria, objeto constante no inciso IV do art. 2º (televisor), quinta categoria, objeto constante no inciso V do art. 2º (televisor), sexta categoria, objeto constante no inciso VI do art. 2º (televisor) e sétima categoria, objeto constante no inciso VII do art. 2º (televisor). **Resolva-se que o mesmo contribuinte não poderá ganhar mais de um prêmio por categoria.** Serão considerados para fins de sorteio todos os pagamentos efetuados em dia. O pagamento realizado em quota única dará direito ao contribuinte a 04 (quatro) cupons e os pagamentos que forem efetuados de forma parcelada, dará direito 01 (hum) cupom. A cada nota fiscal do ISSQN no valor igual ou superior a 50% da Unidade Fiscal do Município (R\$ 51,86), solicitada no comércio local, dará direito a um cupom. As notas fiscais deverão ser apresentadas no Departamento de Tributação para serem trocadas por cupons. Os cupons deverão ser preenchidos com todos os dados pessoais do contribuinte nome completos, endereço (inclusive CEP); telefone CIRG e CPF/MF. A inscrição cadastrará será condicionada no cupom. Os cupons deverão ser depositados na urna na sede da Prefeitura. Os prêmios serão entregues aos contemplados no dia do sorteio ou estes terão o prazo de 30 dias contados da data da publicação do resultado, para retirá-los na sede da Prefeitura Municipal de Jaguariáiva. Fica vedada a participação do Prefeito Municipal, Vereadores e Secretários Municipais e respectivos parentes até o 1º grau na presente campanha. Os participantes desde já autorizam a Prefeitura Municipal de Jaguariáiva a divulgar o uso de seus nomes, imagem som e voz, até um ano após o encerramento da promoção, seja em mídia impressa eletrônica ou qualquer outro material publicitário sem ônus. A participação nesta promoção implicará na aceitação total e irrestrita de todas as cláusulas contida neste regulamento, sendo que eventuais dúvidas serão dirimidas pela Procuradoria Municipal de Jaguariáiva e posteriormente, submetidas à Secretaria Municipal de Finanças. Uma cópia do regulamento desta campanha permanecerá no Departamento de Tributação para consulta. Esta promoção é autorizada de acordo com que dispõe o art. 20 do Decreto nº 70.951, de 09 de agosto de 1972 que regulamenta a Lei Federal nº 5.768 de 20 de dezembro de 1971. Este regulamento encontra-se registrado no Cartório de Título e Documento de Jaguariáiva. Fica eleito o foro de Jaguariáiva como o competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste regulamento.

Paço Municipal, 20 de junho de 2016.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

DECRETO n.º 552/2017

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XIV da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 1922/2009 e Lei Municipal nº. 2155/2010, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 6882/2017,

DECRETA

Artigo 1º. Fica instituído o Regime de “Plantão Eventual” e de “Sobrevivo a Distância” para a categoria profissional de médicos integrantes da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, com cargo em provimento efetivo, sob o regime estatutário, em complemento às suas remunerações, estendendo-se também aos médicos contratados sob regime de credenciamento.

§1º. Entende-se como “Plantão Eventual” aquele em que o servidor público municipal – médico, permaneça de prontidão por período não inferior a 12 (doze) horas, no Hospital Carolina Lupion, percebendo remuneração pela hora de prontidão, efetivamente trabalhada no valor de:

I. R\$ 104,64 (cento e quatro reais e sessenta e quatro centavos) de segunda-feira a sexta-feira.

II. R\$ 119,46 (cento e dezenove reais e quarenta e seis centavos) de sexta-feira à noite, sábados, domingos e feriados.

§2º. Entende-se como “Sobrevivo a Distância”, a atividade do Médico que permaneça à disposição do Hospital Carolina Lupion, de forma não presencial, cumprindo jornada de trabalho pre-estabelecida, para ser requisitado, quando necessário, por qualquer meio ágil de comunicação, devendo ter condições de atendimento presencial, percebendo remuneração de R\$ 37,65 (trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos), pela hora de sobrevivo efetivamente cumprida.

§3º. Em qualquer das hipóteses: “Plantão Eventual” e “Sobrevivo a Distância”, e desde que efetivamente convocado, receberá o médico, remuneração pelo atendimento prestado, com base na Tabela de Autorização de Internação Hospitalar - AIH, vedada a transferência da mesma aos médicos municipais (Acórdão nº. 1807/07 – Pleno Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Revista nº. 163 – Processo nº. 512950/07 – págs. 50 a 52).

Artigo 2º. É vedado:

I. o “Plantão Eventual” em prejuízo do descanso semanal remunerado;

II. a escala de um mesmo profissional médico em mais de 02 (dois) “Plantões Eventuais” por semana.

Artigo 3º. Farão jus aos direitos mencionados neste Decreto, os profissionais médicos que exerçam suas atividades na Rede Municipal de Saúde (inclusive nos Programas de Saúde da Família – ESF) que atendam integralmente as seguintes condições:

I. não tenham falta injustificada no mês de referência;

II. não tenha sofrido qualquer penalidade disciplinar;

III. tenham cumprido integralmente a carga horária de trabalho no mês de referência;

IV. não esteja em gozo de férias ou licença de qualquer espécie;

V. cumpra as metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

Parágrafo Único. Não serão devidos os direitos previstos, nos períodos de férias ou licenças de qualquer natureza e não integrará ou será incorporado ao vencimento para qualquer efeito, para pagamento de 13º salário e indenizações.

Artigo 4º. Para efeito deste Decreto, consideram-se “Sobrevivo a Distância”, os períodos compreendidos entre os horários, em que não haja atendimento presencial do serviço.

Artigo 5º. A prestação de serviço sob regime deste Decreto obedecerá escala semanal previamente organizada, sempre com amplo e necessário conhecimento dos servidores médicos envolvidos e serão afixadas em Quadro de Aviso em locais de acesso direto do público.

Parágrafo Único. A escala deverá ser assinada pelos plantonistas, que se responsabilizarão por substituir eventuais faltas.

Artigo 6º. Durante os períodos em que estiver em regime de “Sobrevivo a Distância”, o médico permanecerá em alerta e ficará comprometido com o atendimento dos pacientes e a solução das ocorrências médicas de sua especialidade que chegarem a seu conhecimento, atendendo-as em um tempo máximo, de até 30min. (trinta minutos), sob pena de perda integral da remuneração competente.

Artigo 7º. O servidor médico deverá cumprir a jornada diária de trabalho a que estiver sujeito em razão do cargo de provimento efetivo que ocupa, independentemente da prestação de serviços de “Plantão Eventual” ou de “Sobrevivo a Distância”, os quais poderão ser prestados após as respectivas jornadas.

Parágrafo Único. As atividades de plantão não poderão superar 24h (vinte e quatro horas) por semana.

Artigo 8º. As horas normais de trabalho, não poderão ser computadas para efeito de “Sobrevivo a Distância” ou “Plantão Eventual”, proibida a acumulação remuneratória.

Artigo 9º. O servidor escalado para cumprir “Sobrevivo a Distância” deverá atender prontamente ao chamado do Hospital ou Unidade de Saúde e, durante o período de espera, não praticar atividades que o impeçam de comparecer ao serviço ou retardar seu comparecimento, quando convocado.

Artigo 10. A remuneração aqui estabelecida não será devida no caso de pagamento de adicional pela pretensão de serviço extraordinário ou adicional noturno referente à mesma hora de trabalho.

Artigo 11. As disposições previstas neste Decreto aplicam-se no que lhes couber, também a médicos credenciados que permaneçam de “Plantão Eventual” ou de “Sobrevivo a Distância”, mas que, não integrantes do Quadro de Funcionários da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

Artigo 12. A remuneração a ser paga pelos serviços de saúde, prestados durante o dia de sábado à população rural, será a seguinte:

I. Médico: R\$ 1.255,71 (um mil duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos), para 12h (doze horas), de segunda-feira a sexta-feira e R\$ 1.443,54 (um mil quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) para 12h (doze horas), de sexta-feira a noite, sábados, domingos e feriados;

II. Dentista: R\$ 753,46 (setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos), para 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados;

III. Enfermeiro: R\$ 531,96 (quinhentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos), para 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados;

IV. Auxiliar de Dentista: R\$ 176,68 (cento e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos), para 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados;

V. Auxiliar de Farmácia: R\$ 141,85 (cento e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos), para 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados;

VI. Motoristas: R\$ 154,45 (cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), para 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados;

VII. Técnica em enfermagem: R\$ 179,54 (cento e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), para 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados;

VIII. Demais servidores: acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal trabalhada pelo período de 12h (doze horas), por serviço a ser prestado aos sábados, domingos e feriados.

§ 1º. Para procedimentos anestésicos realizados em regime de urgência e/ou emergência, ressalvada a ausência do médico anestesta para procedimento eletivo, será paga a remuneração no valor de R\$ 251,15 (duzentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) por procedimento realizado.

§ 2º. Para procedimento de transferência de pacientes fora do Município de Jaguariáiva, o (a) médico (a) receberá o valor de R\$ 295,53 (duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos), como remuneração sem prejuízo do valor referente ao plantão presencial.

§ 3º. Para procedimento de transferência de pacientes fora do Município de Jaguariáiva, o (a) enfermeiro (a) receberá:

I. Percurso entre 80 Km a 200 Km, o montante de R\$ 129,47 (cento e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos);

II. Percurso superior a 200 Km, o montante de R\$ 193,67 (cento e noventa e três reais e sessenta e sete centavos).

§4º. Não será pago pelo procedimento, servidores que forem realizar transferência dentro do limite de sua jornada de trabalho.

§5º. Sobrevivo à distância para o Profissional Farmacêutico-Bioquímico, no valor referente a 1/3 (um terço) do salário base a cada 15 (quinze) dias;

§6º. Sobrevivo à distância para o profissional Técnico em Radiologia no valor referente a 1/3 (um terço) do salário base a cada 10 (dez) dias;

§7º. Sobrevivo à distância para o profissional motorista da Ambulância UTI no valor referente a 1/3 (um terço) do salário base, a cada 15 (quinze) dias;

§ 8º Sobrevivo à distância para o profissional instrumentador cirúrgico no valor referente a 1/3 (um terço) do salário base, a cada 15 (quinze) dias.

Artigo 13. A remuneração total do servidor médico não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal (art. 37 - X da Constituição Federal, art. 69 - XI, da Lei Orgânica Municipal e art. 44 da Lei Municipal nº. 2155/2010 e Acórdão nº. 1027/2007 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Processo nº. 27393, inciso 1/05 – Revista nº. 162 – págs. 88 a 91 - Acórdão nº. 1807/07 – Pleno Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Revista nº. 163 – Processo nº. 512950/07 – págs. 50 a 52).

Artigo 14. As despesas para atendimento do que dispõe este Decreto, correrão à conta de dotações próprias da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, existente no orçamento vigente, suplementado se necessário.

Artigo 15. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 521/2017, datado de 23 de maio de 2017.

Artigo 16. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 20 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES

Secretaria Municipal de Saúde

DECRETO n.º. 541/2017

SÚMULA: Nomeia o Conselho Municipal de Saúde, biênio 2015/2017.

O Prefeito Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 67, incisos IX, X e XI da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Ata da Reunião Ordinária n.º. 112/2015, datada de 24 de setembro de 2015.

DECRETA

Artigo 1º. Fica instituído para o biênio de 2015/2017, o **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CONSAÚDE**, o qual será composto pelos seguintes membros:

- **Presidente:** CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT, brasileira, Dentista, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 6.485.363-5-5 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 028.578.909-07;
- **Vice-presidente:** TALITA BELIZE BUENO DE SOUZA, bacharel em psicologia, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG 8.395.750-6 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 052.599.619-27, CRP nº. 08/17212;
- **1º. Secretário:** SIMONE LEITE CUNHA, brasileira, casada, Servidora Pública Municipal, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 3.957.269-9 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 544.145.399-00;
- **2º. Secretário:** ALAOR BOELITZ, brasileiro, casado, Pastor, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 780.018 SESP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº. 419.035.109-10.

Artigo 2º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto, serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público (artigo 4º da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na presente data, produzindo efeitos retroativos a 24 de setembro de 2015.

Artigo 4º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES

Secretaria Municipal de Saúde

Republishado por incorreção.



PROCURADORIA GERAL



PODER JUDICIÁRIO
JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA
CARTÓRIO DO CÍVEL E ANEXOS
ROSANIE APARECIDA DE BARROS
TITULAR
ADRIANE XAVIER DA SILVA
E. JURAMENTADA

“Edital de **CITAÇÃO** DOS RÉUS EM LUGAR INCERTOS E EVENTUAIS INTERESSADOS COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.”

A DOUTORA **PAULA MARIA TORRES MONFARDINI**, JUIZA DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA ESTADO DO PARANÁ, na forma da Lei, etc....

F A Z S A B E R, a quem o conhecimento desde couber e a quem interessar, possa de que por este juízo, se processam os autos de **USUCAPÍAO**, autuado sob nº **000112-81.2017.8.16.0100** em que figura como autor **LOURIVAL DE SOUZA** e para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou a MM. Juíza de Direito, que expedisse o presente edital para a **C=I=Te=A=C=A=O** dos confrontantes do imóvel usucapiente sendo eles: **MIGUEL SALIM, ANTONIO RAYMUNDO LIMA, ACIR FELIX DA SILVA**, e ainda **MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA**, e dos réus incertos e não sabidos e demais interessados, bem como dos confinantes e confrontantes ou seus herdeiros ou sucessores e suas respectivas esposas e esposos, para que apresentem resposta querendo no prazo de **15 (quinze) dias**, ao pedido de usucapção do imóvel usucapiente constante de: **“Imóvel urbano localizado na Rua Quintino Bocaiuva, Quadra F, Lote 015, Bairro Jardim Aldo Ribas, Cidade de Jaguariáiva - PR e mede 368,1948 m2 (trezentos e sessenta e oito virgula dezenove metros quadrados)**, ficando desde logo os interessados incertos, desconhecidos e não sabidos, advertidos de que se não contestada a presente ação, presumir-se-ão, como aceitos e verdadeiros os fatos articulados pelos autores - art. 246 do NCPC e que no prazo para contestação começara a fluir a partir da publicação do presente edital, sendo que eventual contestação deverá ser apresentada através de advogado legalmente constituído. E para que chegue ao conhecimento de toso mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume do Fórum local, e publicado na forma da Lei. Cumpra-se. Dado e passado, nesta cidade de Jaguariáiva, estado do Paraná, aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete. a) Paula Maria Torres Monfardini, Juíza de Direito.



EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06/2017. OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PROTEÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2017. CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS JAGUARAIÁVA LTDA ME. CNPJ 23.984.598/0001-04. Estimativa de Fornecedor: R\$172,159,76(Cento e setenta e oito mil cento e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos), Vigência: 12 meses. Assinatura: 13 de junho de 2017

EXTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO, PROTOCOLO Nº6940/2017. OBJETO: Contratação da empresa para prestação de serviços de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros, para atender às necessidades do Hospital Municipal Carolina Lupion. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº218/2017. Contratado: PRO RAD CONSULTORES EM RADIODIAGNÓSTICO S/S LTDA, CNPJ nº 87.389,066/0001-74, Valor Global Contratual: R\$ 1,050,00(um mil e cinquenta reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 14/06/2017.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº53/2017.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁVA.
Vigência: 12 meses.
Assinatura: 12/06/2017

- 1 - Consideram-se registrados os preços relacionados abaixo desta Ata para a(s) Empresa(s) Detentor(es) para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores para serem utilizados nos veículos da Frota Municipal.
- 1.1-AGSEN E AGSEN LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 08.687.625/0001-58.
- 1.2-FABIO L SZYCHTA EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 25.116.914/0001-02.
- 1.3- MODELO PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ nº 94.510.682/0001-26.
- 1.4- PNEUTEX COMERCIO DE PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ nº 12.272.855/0001-06.
- 1.5- TERESA PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 01.179.914/0001-24.

2 - Descrição:

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	MARCA E MODELO	VALOR TOTAL	EMPRESA
1	UNID	30	Pneu 1000/20 liso radial 50% terra 50% asfalto 16 lonas.	R\$ 1.380,00	PIRELLI FG 01	R\$ 41.700,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
2	UNID	68	Pneu 1000/20 borachudo radial 50% terra 50% asfalto 16 lonas.	R\$ 1.440,00	FIRESTONE 151	R\$ 97.920,00	MODELO PNEUS LTDA
3	UNID	30	Pneu 600/20 liso radial 50% terra 50% asfalto 16 lonas.	R\$ 1.200,00	PIRELLI F501	R\$ 36.000,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
4	UNID	36	Pneu 600/20 borachudo radial 50% terra 50% asfalto 16 lonas.	R\$ 1.200,00	PIRELLI T501	R\$ 43.200,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
5	UNID	4	Pneu 750/16 liso radial 12 lonas.	R\$ 740,00	GODYEAR G32	R\$ 2.960,00	TERESA PNEUS LTDA
7	UNID	8	Pneu 750/16 agrícola 10 lonas.	R\$ 510,00	PIRELLI PN14	R\$ 4.080,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
8	UNID	4	Pneu 1300/24 liso 25mm profundidade.	R\$ 2.730,00	TITAN ROAD GRADER	R\$ 10.920,00	TERESA PNEUS LTDA
9	UNID	12	Pneu 1400/24 liso 25mm profundidade.	R\$ 2.180,00	PIRELLI PN14	R\$ 26.160,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
10	UNID	8	Pneu 15.5/24 12 lonas 25mm profundidade.	R\$ 2.470,00	FIRESTONE	R\$ 19.760,00	MODELO PNEUS LTDA
11	UNID	8	Pneu 12.5/20 12 lonas 25mm profundidade.	R\$ 1.270,00	FIRESTONE	R\$ 10.160,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
12	UNID	4	Pneu 17.5/25 16 lonas 25mm profundidade.	R\$ 3.100,00	TITAN EARTHMOVER TR	R\$ 12.400,00	TERESA PNEUS LTDA
13	UNID	30	Pneu 215/75/17.5 liso radial 16 lonas.	R\$ 740,00	WESTLAKE	R\$ 22.200,00	TERESA PNEUS LTDA

14	UNID	60	Pneu 215/75/17.5 borachudo radial 16 lonas.	R\$ 830,00	WESTLAKE	R\$ 49.800,00	TERESA PNEUS LTDA
15	UNID	44	Pneu 175/70/13.	R\$ 165,00	DUNLOP	R\$ 7.260,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
16	UNID	40	Pneu 185/70/14.	R\$ 227,00	PIRELLI P1 CONTURATO	R\$ 9.080,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
17	UNID	100	Pneu 185R/14.	R\$ 260,00	TECHNIC	R\$ 26.000,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
18	UNID	4	Pneu 225/85/17.	R\$ 550,00	FALKEN ZE12	R\$ 2.200,00	TERESA PNEUS LTDA
19	UNID	20	Pneu 195/60/15.	R\$ 265,00	PIRELLI P7	R\$ 5.300,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
20	UNID	24	Pneu 205/75/15.	R\$ 370,00	PIRELLI S.A.T.R	R\$ 8.880,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
21	UNID	24	Pneu 215/75/16C	R\$ 459,00	FALKEN	R\$ 11.016,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
22	UNID	16	Pneu 235/75/15.	R\$ 405,00	PIRELLI	R\$ 6.480,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
23	UNID	8	Pneu 265/75/15.	R\$ 527,00	FIRESTONE	R\$ 4.216,00	MODELO PNEUS LTDA
24	UNID	4	Pneu 10 - 16.5	R\$ 755,00	PIRELLI PN16	R\$ 3.020,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
25	UNID	24	PNEU 195/79R 16C	R\$ 365,00	FALKEN	R\$ 8.760,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
26	UNID	12	PNEU 205 /70R15	R\$ 347,00	FALKEN	R\$ 4.164,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
27	UNID	12	Pneu 225/65 R 16C	R\$ 669,00	GODYEAR G32	R\$ 8.028,00	TERESA PNEUS LTDA
28	UNID	12	PNEU 205/60R16	R\$ 367,00	DUNLOP	R\$ 4.404,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
29	UNID	80	Câmara 900i 20 x 484.	R\$ 80,00	RS	R\$ 6.400,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
30	UNID	100	Câmara 1000i 20 x 484.	R\$ 80,00	RS	R\$ 8.000,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
31	UNID	10	Câmara 750i 18 TR 15	R\$ 38,00	RS	R\$ 380,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
32	UNID	30	Câmara 750i 18 x 480.	R\$ 32,00	RS	R\$ 960,00	PNEUTEX

33	UNID	36	Câmara 1300 - 1400i 24x484x16 21R4.	R\$ 143,00	RS	R\$ 5.148,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
34	UNID	10	Câmara 17.5 x 25 TR4 1175 C	R\$ 188,00	RS	R\$ 1.880,00	PNEUTEX COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
35	UNID	10	Câmara 17.5x25 x 220.	R\$ 187,00	RS	R\$ 1.870,00	PNEUTEX COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
36	UNID	10	Câmara 12.5x80i 18 x 220.	R\$ 75,00	RS	R\$ 750,00	COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
37	UNID	10	Câmara 19.5x24 x 220.	R\$ 180,00	RS	R\$ 1.800,00	PNEUTEX COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
38	UNID	150	Protetor ano 20.	R\$ 16,00	RBO	R\$ 2.400,00	PNEUTEX COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
39	UNID	15	Protetor ano 25.	R\$ 108,00	RBO	R\$ 1.620,00	PNEUTEX COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
40	UNID	20	Pneu 275/70R 22.5	R\$ 1.435,00	PIRELLI P985	R\$ 28.700,00	FABIO L SZYCHTA EIRELI ME
41	UNID	8	Pneu 195/65 R16	R\$ 304,00	DUNLOP	R\$ 2.432,00	AGSEN E AGSEN LTDA EPP
42	UNID	10	Pneu 265/60 R 22.5	R\$ 1.280,00	DAYTON	R\$ 12.800,00	MODELO PNEUS LTDA

EXTRATO. 1º TERMO ADITIVO. PROTOCOLO 15333/2016 e Protocolo 6534/2017. ALUGUEL SOCIAL. CONTRATO DA ADMINISTRAÇÃO Nº 579/2016. OBJETO: Prorrogação do prazo contratual pelo período de mais 6 meses. Locadora: Imobiliária Teixeira & Oliveira Teixeira Ltda. ME. CNPJ nº 04.074.200/0001-40. Vigência: 22 de junho de 2017 até 22 de dezembro de 2017.

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL 9498/2016, Edital nº001/2014. Teste Seletivo. Prestação de Serviços como Agente Comunitário de Saúde, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº170/2017. EMPREGADO: DIEGO BARBOSA DE MIRANDA, CPF Nº XXX.XXX.549-30, RG Nºxxx.026-SSP/PR. Vencimentos: R\$1014,00(um mil cento e quatorze reais) mensais, Vigência: 6/03/2017 até 6/03/2018.

EXTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO 25/2017. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço em Controle de Pragas Urbanas (Pombos), a ser realizado na Biblioteca Municipal Mary Camargo, Estação Ferroviária e Escola Municipal Wakuriri Carneiro Xavier da Silva. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº217. CONTRATADO. R.F.M. SUZUKI – DESINSETIZADORA AMBIENS ME. C. N. P.J/MF nº 22.017.697/0001-46. Valor Global Contratual: R\$3.250,00(três mil duzentos e cinquenta reais), Vigência: 3 meses. Assinatura: 13/06/2017.

EXTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO 28/2017. Objeto: aquisição de 20 assinaturas do Jornal Folha Extra, a fim de atender às Secretarias e Departamentos municipais, bem como a manutenção do arquivo de notícias da Administração Municipal. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº219. CONTRATADO. EDITORA FOLHA EXTRA LTDA ME. C. N. P.J/MF nº 06.163.583/0001-58. Valor Global Contratual: R\$7.918,00(sete mil novecentos e dezotois reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 19/06/2017.

EXTRATO. PREGÃO PRESENCIAL 52/2017. OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores para serem utilizados nos veículos da frota municipal. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº211/2017. CONTRATADO: AGSEN E AGSEN LTDA – EPP. Estimativa de Fornecedor: R\$48.796,00(quarenta e oito mil setecentos e noventa e seis reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 12/06/2017. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº212/2017. CONTRATADO: FABIO L SZYCHTA EIRELI ME. Estimativa de Fornecedor: R\$212.672,00(duzentos e doze mil seiscentos e setenta e dois reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 12/06/2017. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº213/2017. CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA. CNPJ 94.510.682/0001-26. Estimativa de Fornecedor: R\$134.696,00(cento e trinta e quatro mil seiscentos e noventa e seis reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 12/06/2017. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº214/2017. CONTRATADO: PNEUTEX COMERCIO DE PNEUS LTDA. CNPJ 12.272.855/0001-06. Estimativa de Fornecedor: R\$57.908,00 (cinquenta e sete mil novecentos e oito reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 12/06/2017. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº215/2017. CONTRATADO: TERESA PNEUS LTDA. CNPJ 01.179.914/0001-24. Estimativa de Fornecedor: R\$108.148,00 (cento e oito mil cento e quarenta e oito reais), Vigência: 12 meses. Assinatura: 12/06/2017.

Extrato. Termo de Cooperação técnica que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁVA/PR e o SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ – SEBRAE/PR, que tem por objeto a cooperação técnica entre os participantes, visando a implantação e acompanhamento de espaço denominado Sala do Empreendedor, bem como a disponibilização de soluções para o atendimento de Microempreendedores Individuais, na estrutura do Município, Vigência 12 meses, Assinatura: 21 de março de 2017.

JULGAMENTO: Processo nº 14479/2016

Assunto: Sindicância para apuração dos fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral 14479/2016, que informa sobre os fatos ocorridos na Escola Municipal Izabel Branco, conforme Atas nº031/2016 e nº032/2016.

1. RELATÓRIO. Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que: Constatou-se do Protocolado 14479/2016, o relato da ocorrência realizada pelo Conselho Tutelar, que na data de dezesseis de novembro de 2016, esteve presente a mãe da aluna Vitória Beatriz Andrade que estuda na Escola Izabel Branco, relatando que sua filha foi submetida a constrangimentos dentro da sala de aula e o cabelo puxado pela professora de sua classe. Alega ainda, que não foi a primeira vez que a professora constrange e humilha sua filha em sala de aula, além de outros alunos. Que devido o ocorrido de que nesta data a filha Vitória havia sido humilhada pela professora e que esta havia puxado seu cabelo, saindo da sala foi até o banheiro para chorar, presenciado por sua prima e colega que chamaram pela diretora, a qual perguntou o que houve orientou a aluna para que fosse para casa e contasse a sua mãe o que havia acontecido. Assim, designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto nº 16/2017 que conduziu o relatório final apresentando o entendimento de que existiu o fato alegado pela aluna que nas condições que se apresentou, houve a ação da mãe que se dirigiu prontamente ao conselho tutelar para realizar a denúncia, não sendo civil simplesmente que a aluna tivesse intenção de fantasiar tal situação apresentada. E o relatório do necessário. II. FUNDAMENTAÇÃO. A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que amparo como fundamentos, juntamente com a investigação concluída pela Comissão processante. Após a juntada dos documentos, foi realizada audiência para oitiva dos envolvidos. Segue uma síntese dos depoimentos (...). Diante do exposto, e depoimentos prestados no caso em tela,

constatou-se pela Comissão Processante ter ocorrido o fato com a aluna Vitória, que devido às circunstâncias presentes no caso que aconteceu na sala de aula, demonstrou como confirmado as provas constantes nos autos, que a professora realizou cobranças bravias com a aluna por não estar realizando as tarefas de casa e trabalhos escolares direcionados, inexistindo convencimentos de que supostamente tenha havido com conivência agressões físicas pela professora. Pelas razões, supostamente a aluna se sentiu agredida pelo tom de voz alto dirigido pela professora que enternecida pela abrangência dos fatos, na sua saída da sala da aula foi até o banheiro para chorar devido as consequências acontecidas, sendo a aluna presenciada no banheiro por sua prima e colega que na ocasião chamaram pela diretora, a qual deu a atenção a aluna e encaminhou-a para sua casa. A Comissão observou, que a administração, ou seja a direção tomou o cuidado em assegurar toda proteção a criança na sala de aula e fora dela. Sabe-se que no convívio escolar o aluno deve ser protegido para não sofrer qualquer dano, seja na ordem moral ou material e que esta proteção tem que ser preocupação maior da própria instituição. Nesta linha, é poder-dever de o administrador público reprimir dos desvios de conduta dos servidores que não atingem o objetivo a finalidade satisfatória do cumprimento do dever de servidor, e que não incumbe o comprometimento obrigacional funcional, a aplicar-lhe as penalidades impostas das normas regimentais tipificadas no estatuto do funcionalismo público municipal. Assim, ao averiguar o suposto ato infracionário levado a sindicância pela ocorrência do presente fato registrado ao Protocolado 14479/2016, cujas Atas 31 e 32/2016 da Escola Izabel Branco, que registrou a questão de que a servidora investigada tenha cometido agressões gravíssimas a aluna Vitória, por circunstâncias dentro da sala de aula em que abalou a própria mãe da menor que buscou pelo Conselho Tutelar e Delegacia de Polícia. A ocorrência proferida não excluiu a inexistência do fato, mas diante da precariedade da prova, tornou insuficientemente comprovada as evidências da suposta falta cometida pela servidora, conforme acostas aos autos. Muito embora tenha havido o reconhecimento do fato pela comissão processante devido à retratação e a ação da mãe em buscar a ajuda em defesa de sua filha, esta não fabularia simplesmente um fato por formar, fisco presente o sensível fato alegado que imputou a filha, na presença da denúncia que se fizeram diante do conselho tutelar e a delegacia de polícia. Assim, a Comissão presenciou a declaração da mãe que procurou pelo conselho tutelar para a resolução da questão, também expressou ter feito boletim de ocorrência junto a Delegacia de Polícia e que diante da Comissão Processante, prontificou-se a juntar aos autos cópia do documento da ocorrência na delegacia, o qual não se efetuou. Porém, é visivelmente validado que a situação do risco que supostamente poderia porventura afetar diretamente a proteção da menor, cessa a partir da medida tomada pela direção da escola em concordância com o próprio conselho tutelar e a professora, que no ato a medida urgente como cautela a transferência da aluna para outra classe, deixando de obter o contato direto com a professora investigada e assim o comprometimento da direção em acompanhar a conduta da professora. Com efeito, a comissão administrativa disciplinar, concluiu pela inexistência de provas suficientes que possam ser produzidas como circunstâncias apresentadas a tipificar como falta delituosa cometida pela servidora pública investigada, que possa corroborar com indícios a apurar a culpa ou não da servidora. Assim, recebo do conjunto probatório dirigido a cada item relatado da ocorrência, razões adotadas como o fundamento do julgamento. III. JULGAMENTO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar os fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral 14479/2016, que informa sobre os fatos ocorridos na Escola Municipal Izabel Branco, conforme Atas nº031/2016 e nº032/2016. 1. ACATO o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com fundamento no art.172 da Lei nº2155/10; 2. APROVO o Parecer Jurídico, parte integrante desta decisão, que opina pelo arquivamento do feito por carência de provas. 3. JULGO procedente a presente sindicância, considerando o relatório final da Comissão Administrativa Disciplinar acatando as circunstâncias da precariedade e inexistência de provas convicadas que possam dirigir como condenação e autoria do fato, determinando assim, pelo arquivamento do feito. A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação no Semanário Oficial do Município. Cumpra-se. Jaguaraiava, 16 de maio de 2017. JOSÉ SLOBODA. PREFEITO

JULGAMENTO

Autos nº: 6133/2016

Assunto: averiguação a vistoria do patrimônio da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

1. RELATÓRIO. Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que: Foi instaurada a sindicância para apurar os fatos descritos no Protocolo Geral 6133/2016, informado a realização de vistorias de bens pertencentes a Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, assim constatou-se a ausência de alguns materiais registrados. Trata-se de sindicância instaurada pelo Decreto 461/2016, que diante da Comissão Administrativa Disciplinar Permanente, realizou-se a instrução, com a oitiva do depoimento do Secretário da pasta, Sr. Leonardo, quando assumiu a pasta relatou um levantamento no local com fim de averiguar todo o patrimônio da secretaria. Porém do levantamento, alguns objetos não foram encontrados conforme constado da relação presente na secretaria, sendo alguns objetos indefinidos a sua existência ou destino, dentre outros destinados ao uso por demais departamentos, além do registro do furto da máquina fotográfica. Assim, a Comissão Administrativa disciplinar averiguou do conjunto probatório os registros apresentados, não configurou a constatação de prejuízos de valores ao patrimônio público, até porque os bens de uso não encontrados no local, submetem-se a constante uso de outros locais públicos, além do mais ficou constatado serem bens que se deterioram com o constante uso. Com efeito, o procedimento investigativo ao seu aspecto reservado e meramente inquisitorial, são perfeitamente aptos para comprovar que a autoridade cumpriu com o dever legal de apurar a suposta irregularidade que tenha chegado ao seu conhecimento. 3. DISPOSITIVO. Ante o exposto, tendo em vista as provas colhidas no caderno processual, inexistindo circunstâncias irregulares e incompatíveis a atos comuns, julgo improcedente a presente sindicância, com efeitos ao seu arquivamento. A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município. Cumpra-se. Jaguaraiava, 3 de maio de 2017. JOSÉ SLOBODA. PREFEITO.

PR - Tribunal de Contas do Estado do Paraná

SEGUNDA-CÂMARA
Acórdãos

09/06/2017-PROCESSO Nº: 562950/16 ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL ENTIDADE: MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁVA INTERESSADO: ADRIANA APARECIDA DA SILVA, ADRIANA JORGE TEODORO PEREIRA, ADRIANA KUJAT, ADRIANE ALMEIDA GONÇALVES, ALDIVANE APARECIDA DA SILVA, ALICE TEIXEIRA DA SILVA, ALINE GRAZIELA BRISOLLA, AMANDA GONÇALVES DE MELLO, ANA CAROLINE MULLER, ANA CLAUDIA KLOSOWSKI, ANA LUCIA DE MELLO, ANA PAULA DE OLIVEIRA, ANA PAULA PRADO DO NASCIMENTO, ANA PAULA SABCHUK, ANDIARA LODI, ANGELA CARLA NOLASCO, ANTONIO GABRIEL IZAC, BERNICE DE MORAES, BRUNA MOURA JORGE ULRICH, CAMILA BLUM CORREA, CAMILA PEREIRA DE MELLO, CARLA BANDEIRA LINDRE, CARLOS AUGUSTO ARRUDA, CASSIANO BORGES GONÇALVES, CLAUDIA DE ANDRADE LOPES ROSSI, CRISLAINE KUG PAULINO, DANIELA DOS SANTOS PRESTES, DANIELE APARECIDA MARCONDES KRUEGER, DANIELE APARECIDA PEREIRA DA SILVA, DANIELE VIORELLI SILVA, DANIELLE FERNANDA PIETRO, DANIELLE JACOBS MATOS, DANIELLE MARI SCHWANER BRASIL, DAYANE PEREIRA DE PATIV, DIONATA SOARES DE PAULA EDENILDA DE FATIMA OLIVEIRA MICHALOWSKI, EDILANIE ALVES BARRETO, EDINA DE FATIMA XAVIER DA SILVA, ELAINE DE MOURA JORGE, ELISA MONTANHA, ELISANDRA DE FATIMA SANTOS, ELISANGELA ARAUJO, ELISIANE DE ALMEIDA RIBEIRO, ELLEN DE FARIAS JORGE, ELIANE MARIA RIBEIRO DE MELLO, ESTER DA SILVA OLIVEIRA PEREIRA, EVANDRO DE PAULA MORO, FABIANA DOS SANTOS GOMES, FABIANA MENDES MARTINS, FABIANE APARECIDA VALENÇA, FABRINA VARELA FERNANDES, FERNANA LARA

Atos de 2016, 2017 e 2018. O processo de admissão de pessoal realizado pelo **Município de Jaguariatura**, referente ao concurso público disciplinado pelo **Atto nº 002/2014**, para provimento de cargos de Agente Administrativo, Agente de Saúde, Auxiliar, Assistente Social, Auxiliar de Cirurgia Dentária, Auxiliar de Farmácia, Cozinheira/Menendista, Dentista, Documentarista Escolar, Educador Infantil, Eletricista NRI0, Enfermeiro, Enfermeira Obstetra, Farmacêutico/Bioquímico, Fisioterapeuta, Fiscal do Meio Ambiente, Instrumentador Cirúrgico, Monitor, Oficial de Manutenção, Psicólogo, Professor, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Telefonista, Terapeuta Ocupacional e Topógrafo[1]. 2. A Diretoria de Controle de Atos de Pessoal, conforme Instrução Normativa nº 2776/17 (peça 25), aplicando ao caso os termos previstos na Instrução Normativa nº 117/16 (peça 25), em decorrência da ausência de previsão legal para a aplicação da Instrução Normativa nº 117/16, decidiu pela aplicação da Instrução Normativa nº 117/16, aplicando a ela o princípio da analogia, por ser a mais próxima da situação fática. 3. O Município de Jaguariatura, por intermédio do Parecer nº 2802/17 (peça 27), da lavra da Procuradora Eliza Ana Zenedin Kohn Langner, sustenta a impossibilidade de anulação do expediente nos moldes como instruído. 4. Na sequência, teve uma série de considerações a respeito da Instrução Normativa nº 117/16 aduzindo, inclusive, que o ato "padece, dentre outros aspectos, de grave inconstitucionalidade e ilegalidade, ao pretender, de forma unilateral, restringir a atuação ministerial ao dispor, em seu art. 2º, que a intervenção do Ministério Público deverá observar o que nela está estabelecido, especialmente no que se refere à evidente limitação de análise promovida por tal instrução e ao estabelecimento de prescrições interpretativas vinculantes da legalidade, o que não é condizente com a dependência funcional do MP". 5. Segue apontando que a Instrução não faz menção ao fato de que o processo de admissão de pessoal não é um processo de seleção, mas sim de registro, e que a Instrução não estabelece nenhuma regra de registro, mas apenas se restringe a dar fiel cumprimento às normas já existentes, de modo que acaba por consubstanciar-se, diante das matérias de que trata, em verdadeira Instrução Normativa autônoma, o que não é permitido em nosso ordenamento. 6. Alega que, ao contrário das Resoluções, as Instruções Normativas são submetidas a trâmite simplificado, "prescindindo de maiores estudos e debates, sem necessidade de prévia instrução e de manifestação por este Ministério Público de Contas". Esclarece que tais normativos podem ser aprovados, inclusive, tacitamente em algumas situações, e, nas outras, sem que haja a exigência de quorum qualificado. 7. Enfatiza que a IN nº 117/16 "não estabelece um escopo mínimo de análise, o qual, em certos casos, é até mesmo fundamental para balizar e padronizar os aspectos a serem observados, mas, entretanto, mesmo um escopo pré-delimitado e exauriente, já seria suficiente para empregar, a título de limite-tese, o princípio da proporcionalidade, plasmados na IN nº 117/16, a fim de evitar a excessiva intervenção do MP, de plano, a possibilidade de o corpo técnico da Casa registrar anomalias outras detectadas no curso da manipulação dos autos e, o pior, impõe uma restrição tanto aos julgadores quanto ao MP, como estatui seu multicitado art. 2º". 8. Acrescenta que as decisões pautadas na Instrução, sob os argumentos da celeridade processual, boa-fé e segurança jurídica dos servidores, podem ter reflexos em processos de outra natureza também de competência desta Corte, referendando a ausência de um exame profícuo e condizente com os ideais de um controle externo eficiente e eficiente. 9. Ressalta, de outra feita, ser descabido o reconhecimento da "perda de objeto" na análise dos Testes Seletores, considerando-se somente o transcurso do prazo contratual, pois de tais atos não derivam apenas efeitos financeiros, não se podendo cogitar, portanto, o afastamento de uma análise e qualificação analíticas. 10. Segundo o entendimento do TCU, "a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto, a finalidade da análise de contas é a de verificar se o processo de seleção de pessoal foi realizado de acordo com o que dispõe a legislação, e não se trata de um processo de seleção de pessoal, mas de um processo de registro de pessoal, e, portanto,

partes envolvidas do processo o entendimento, o que não foi ainda alcançado no caso. Não se trata de pedir ao Juiz que abdique de suas funções, mas que se procure uma solução comum para o problema, que não é recente neste Tribunal, e as quais já foi objeto de outras providências anteriores, conforme relatado pela DICAP, as quais, embora tenham contribuído para a melhoria da situação, não lograram resolvê-la integralmente. 8. Ademais, parece-me incorreta a assertiva de que não foram apresentados "os critérios adotados para a escolha dos processos que tramitam à luz do anterior escopo". 9. Primeiro, porque o artigo 6º da Instrução dispõe expressamente que "os processos de admissão de pessoal autuados há mais de 05 anos nesta Corte de Contas receberam parecer pelo registro com base nos princípios da segurança jurídica, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança e da razoável duração do processo, salvo se houver indícios de irregularidades graves ou de má-fé do servidor admitido já em discussão nos autos". 10. Da leitura do dispositivo, denota-se que, para os processos em que há alguma alegação de tipo de irregularidade de diligência, o parecer considerará o cumprimento ou não das mesmas. De outro lado, caso não tenha sido constatada nenhuma falha grave e o processo já esteja tramitando há mais de 5 anos, o parecer será pelo registro. 11. Já para os demais processos de admissão, anteriores à implementação do sistema - SIAP e sem que tenham havido qualquer análise instrutória, conforme previsto do art. 1º da IN nº 117/16/4, incidirá o exame com o escopo mínimo, a partir dos critérios estabelecidos para tanto. 12. Neste contexto, impensável que a norma tenha o condão de "retirar do corpo técnico a liberdade de relacionar e apontar outras implicações jurídicas decorrentes da leitura dos autos", como afirmado aludido em vários pareceres ministeriais. Penso que o escopo de verificação reduzido possa eventualmente impedir a identificação de falhas na análise técnica (hipótese que, diga-se, seria mínima, segundo as estatísticas apresentadas pela unidade técnica quando da fundamentação da proposta da IN), mas, clara está que, a atribuição de cada servidor de comunicar uma irregularidade de que tenha conhecimento no exercício de seu cargo não foi suprimida nem restringida pela norma. 13. De forma semelhante, há que se destacar que a aprovação da Instrução Normativa não acarreta limitação indevida das competências fiscalizatórias do Tribunal e do próprio Parquet, que permanece com a possibilidade de, sempre que entender necessário, apontar fatos e circunstâncias que possam ser objeto de apuração, inclusive em casos de fato já ter sido exposto, com fundamento no art. 1º, IV da Lei Complementar nº 113/2005 e acolhendo o posicionamento da Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal, voto pela legalidade e registro da admissão realizada pelo Município de Jaguarijara, referente ao concurso público disciplinado pelo Edital nº 002/2014. 15. Certificado o trânsito em julgado da decisão, os autos deverão ser remetidos à Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal para as devidas anotações e, posteriormente, à Diretoria de Protocolo, para o encerramento e arquivamento do processo, nos termos do art. 398, §1º e art. 168, VII do Regimento Interno. VISTOS, relatados e discutidos, ACORDAM OS MEMBROS DA Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, **AUTOR THAÍZA BARBOSA CORDEIRO**, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, IV da Lei Complementar nº 113/2005, em: - apreciar como legal e determinando o registro da admissão realizada pelo **Município de Jaguarijara**, referente ao concurso público disciplinado pelo Edital nº 002/2014; Certificado o trânsito em julgado da decisão, os autos deverão ser remetidos à Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal para as devidas anotações. Após, o processo estará encerrado, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno, devendo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme o art. 168, VII do Regimento Interno. **ARTAGÃO DE MATOS LEÃO**, IVAN DIÁRIO ELETRÔNICO ANO XIII LÉILIS BONILHA E IVENS ZUSCHOWER LINHARES. Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas **ELIZEU DE MORAES CORREA**. Sala das Sessões, 24 de maio de 2017. Sessão nº 17. **THAÍZA BARBOSA CORDEIRO**. Relator. **ARTAGÃO DE MATOS LEÃO**. Presidente.

[illegible]**SARH**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO- 029
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O Prefeito de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor José Sloboda, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2016, resolve:

CONVOCAR

Os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Concurso Público Municipal, homologado através do Edital de Homologação nº 009/2016 para que no período de **23 de junho a 03 de julho de 2017**, apresentem cópia dos seguintes documentos, acompanhado dos originais, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguaraiava.

- a) 01 (uma) Foto 3x4 recente;
- b) Carteira de Identidade;
- c) Título de Eleitor;
- d) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- e) Certidão de Nascimento/Casamento;
- f) Certidão de Nascimento dos filhos considerados dependentes;
- g) Comprovante de quitação com as obrigações militares (para homens);
- h) Comprovante de inscrição no PIS / PASEP;
- i) Carteira de Trabalho (página da foto, frente e verso);
- j) Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
- k) Cartão de quitação das obrigações eleitorais (expedido pelo Cartório Eleitoral);
- l) Certidão de Antecedentes Criminais;
- m) Comprovante de endereço atualizado;
- n) Habilitação no Órgão de Classe.

CARGO: FARMACÉUTICO-BIOQUÍMICO

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
9º	AMANDA FELIX DA SILVA	2967	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS DEVIDO EXONERAÇÃO DE SUELLEN MENDES E PEDIDO DE FINAL DE LISTA DE PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA

CARGO: ENFERMEIRO

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
8º	LIDIANE MARIA DA SILVA	739	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMIUS DEVIDO EXONERAÇÃO DE GENYLE REGINA SANTOS ALVAREZ

Prefeitura Municipal de Jaguariaíva, em 22 de junho de 2017

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO-99
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013

O Prefeito de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor José Sloboda, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2013, resolve:

CONVOCAR

Os(a) candidatos(a) abaixo relacionados(a), aprovados(a) no Concurso Público Municipal, homologado através do Edital de Homologação 001/2013 para que no período de **23 de junho a 03 de julho de 2017**, apresentem os seguintes documentos e agendar a data do seu exame pré-admissional junto a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

- ✓ Carteira de Identidade – Original e Fotocópia;
- ✓ C.P.F. – Original e Fotocópia;
- ✓ Certificado de Nascimento ou Casamento – Original e Fotocópia;
- ✓ Comprovante de inscrição no PIS / PASEP;
- ✓ Título de Eleitor – Original e Fotocópia;
- ✓ Certificado do grau de escolaridade, exigido para o cargo – Original e Fotocópia;
- ✓ Habilitação no órgão de classe – Original e Fotocópia;
- ✓ 02 duas Fotos 3x4 recentes;
- ✓ Certidão de Quitação das obrigações eleitorais, expedida pelo Cartório Eleitoral;
- ✓ Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para homens) – Original e Fotocópia;
- ✓ Certidão Negativa de Distribuição de feitos Cíveis dos últimos 05 (cinco) anos da Justiça (Estadual e Federal) da cidade e comarca de origem;
- ✓ Certidão Negativa de Distribuição de feitos Criminais dos últimos 05 (cinco) anos da Justiça (Estadual e Federal) da cidade e comarca de origem;
- ✓ Declaração Negativa de Acúmulo de Cargos Públicos, ou quando for o caso de acumulação legal, documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- ✓ Declaração que não recebe proventos de Aposentadoria de nenhum regime próprio, conforme disposto no artigo 37, § 10, da Constituição Federal, documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- ✓ Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade de Demissão a bem do serviço público, documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- ✓ Declaração de Bens e Valores, conforme disposto no Artigo 13 da Lei nº 8.429/1992 e Artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Jaguarueta (Lei nº 2155/2001), documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- ✓ Laudo médico de aptidão física e mental, expedido por médico credenciado pelo Município.
- ✓ Comprovante de endereço;



CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
231ª	ELIS SANTOS DE OLIVEIRA	256	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS DEVIDO APOSENTADORIA DE CECILIA APARECIDA DOS CAMPOS
232ª	JUSSI MARI DA SILVA	306	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
233ª	ELIETE TEIXEIRA BUENO	47	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMECE DEVIDO EXONERAÇÃO DE JESSARA APARECIDA DOS SANTOS
234ª	ANA PAULA JACO	383	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMECE DEVIDO EXONERAÇÃO DE ALESSANDRA FERNANDES JORGE
235ª	ANTONIO WILSON FERREIRA DE MIRANDA	007	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMH - COLETA DE LIXO
236ª	ZULEICA SOARES DA ROSA	102	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMH - COLETA DE LIXO
237ª	TANIA MARIA DE PAULA OLIVEIRA	325	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMH - COLETA DE LIXO

Prefeitura Municipal de Jaguaraiá, em 22 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



SEFIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2017

EXCLUSIVO (A) PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

OBJETO: Registro de preço para aquisição de material permanente e material de consumo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 05 de julho de 2017.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h:00min às 10h:30min do dia 05 de julho de 2017.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 10h:30min às 12h:00min do dia 05 de julho de 2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h:00min do dia 05 de julho de 2017.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: www.bilcompras.org.br Ou através do e-mail: comprasag@gmail.com - Maiores Informações no Dept.º de Compras e Licitação - sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535-9400 - Ramal: 9454 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguaraiá, 21 de junho de 2017.

Élio Zub Junior
PREGOIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2017

OBJ: EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), DEFINIDAS NO ART. 3º E ART. 18 E, AMBOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006, PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014.

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de livros para compor o acervo das Bibliotecas Públicas Municipais e do Polo Universidade Aberta do Brasil.

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 10 de julho de 2017.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h30min do dia 03 de julho de 2017 até às 17h00min horas do dia 07 de julho de 2017.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 08h00min às 08h15min do dia 10 de julho de 2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30min horas do dia 10 de julho de 2017.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo:

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: www.bilcompras.org.br, ou no próprio Departamento de Compras e Licitação - Maiores Informações no Departamento de Compras e Licitação - sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535-9400 - Ramal: 9458 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguaraiá, 21 de junho de 2017.

ÉLIO ZUB JUNIOR
PREGOIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017

EXCLUSIVO (A) PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Serralheria e colocação de Calhas e Rufos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 06 de julho de 2017.

HORÁRIO: 09h:30min

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os Editais poderão ser solicitados pelo e-mail: comprasag@gmail.com. Maiores Informações no Departamento de Compras e Licitação - sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535 - 9400 - Ramal: 9458 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguaraiá, 21 de junho de 2017.

Élio Zub Junior
PREGOIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2017

EXCLUSIVO (A) PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Auxílio Funeral, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

TIPO: Menor Preço/ Por Lote.

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 06 de julho de 2017.

HORÁRIO: 15h:00min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os Editais poderão ser solicitados pelo e-mail: comprasag@gmail.com. Maiores Informações no Departamento de Compras e Licitação - sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535 - 9400 - Ramal: 9458 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguaraiá, 21 de junho de 2017.

Élio Zub Junior
PREGOIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017

"EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE"

OBJETO: Contratação de serviço especializado para lixamento de assoalho a ser realizado na Casa da Cultura.

TIPO: Menor Preço/por Item

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 05 de julho de 2017.

HORÁRIO: 09:00hrs (Horário de Brasília)

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser adquirido através do e-mail: comprasag@gmail.com, no Dept.º de Compras e Licitação - sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535-9400 - Ramal: 9458 no horário: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Jaguaraiá, 08 de junho de 2017.

Élio Zub Junior
PREGOIRO



SEMUS

PORTARIA Nº 006/2017 - SEMUS

A Secretária Municipal de Saúde de Jaguaraiá, de acordo com as determinações legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 1724/2007 e as decisões do Conselho Municipal de Saúde,

RESOLVE.

Artigo 1º - Fica convocada a 12ª Conferência Municipal de Saúde de Jaguaraiá conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 2º - A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo senhor Prefeito Municipal José Sloboda e na sua ausência pelo Coordenador Geral da Conferência.

Artigo 3º - A Conferência será realizada nas dependências do Cine Teatro Valéria Luercy.

Artigo 4º - A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Artigo 5º - A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

Presidente: José Sloboda;

Coordenador Geral: Amália Cristina Alves;

Coordenadores Adjuntos: Caroline de Azevedo Fanha Stalhschmidt, Talita Marques de Almeida, Herica Beatriz Suenar

Castelari, Antonio Carlos Sampaio, Gisele Marins, Ana Claudia Klosowski e Aline Cristina Correa Anselmo;

Secretárias Executivas: Rosângela de Moura Abreu e Lucia Batista;

Tesoureiros: Guilherme Wasilewski, Tamires Fabiana Soares Ferreira e Diego Henrique da Silva;

Secretárias de Credenciamento: Josimara Moreira Diniz, Fabia Cristiane Correia Aranda, Vanessa de Miranda de Melo, Joice de Fatima Custódio Almeida, Marilza Gorette Fasoli e Juliana de Almeida Langner;

Secretários de Divulgação e Comunicação: Ione Apª. Mendes do Prado, Emanuel Cristiano Correa, Rosana Araújo Lopes e Flory Budziaki;

Relatores: Rogério Fracalossi, Rafaela Dino Martini, Afrine Tolkmith Rolim Soares, Simone Leite Cunha, Elisa Montanha Barbosa de Mello, Elenice Salete Farsen, Samuel Stalhschmidt e Natanna Junqueira Costa Pelá;

Artigo 6º - Os delegados serão indicados pelas entidades legalmente constituídas no Município.

Artigo 7º - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Artigo 8º - Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.

Jaguaraiá, 20 de junho de 2017.

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

Amália Cristina Alves
Secretaria Municipal de Saúde
Decretos: 007/2017



CONSELHOS



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JAGUARIÁ - PR
Travessa Silvério Carneiro, 70 Cidade Alta - Fone (043) 3535-3363.

Resolução 007/2017

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Jaguariá, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 2294/2010 em acordo com reunião ordinária realizada em 20 de junho de 2017, registrada em ata nº 302.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a aprovação por parte deste Conselho, o Plano de Ação para incentivo ao Fortalecimento de Programas de Qualificação Profissional para Cofinanciamento, através da deliberação nº 081/2016 - CEDCA-PR para o município de Jaguariá, o qual será destinado ao Programa Jovem Aprendiz sob responsabilidade do município de Jaguariá.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Sala de sessões, 20 de junho de 2017.

Camila Roim de Moura
Presidente do CMDCA.



SAMAE



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Porto Velho, 140 - Jardim São Roque - Jaguariá - PR
Fone/Fax: (43) 3535-1579
CNPJ: 75.658.435/0001-27

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 017/2017

Diante da ausência de interposição de recursos no âmbito do Pregão acima referido, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório que versa sobre a contratação de empresa para fornecimento de serviços de assentamento de paralelepípedos, poliedro irregular, meio fio e conserto de calçadas, em favor da Empresa CRISTIANO ALVES DE OLIVEIRA C.N.P.J 22.973.437/0001-44, pelo menor valor do lote. R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), conforme o Anexo I do Edital do Pregão Presencial 017/2017, para atender esta autarquia, Haja vista a observância, em toda a tramitação, dos preceitos constantes no edital e na Lei Federal nº 10.520/02.

Jaguariá, 09 de Junho 2017.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Presidente do Samae



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Porto Velho, 140 - Jardim São Roque - Jaguariá - PR
Fone/Fax: (43) 3535-1579
CNPJ: 75.658.435/0001-27

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 018/2017

Diante da ausência de interposição de recursos no âmbito do Pregão acima referido, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório que versa sobre a contratação de empresa para fornecimento de um Reservatório Tubular Metálico com capacidade de 100 M³ de Água, em favor da Empresa ANTONIO VERONA & CIA LTDA EPP C.N.P.J 65.438.335/0001-31, pelo menor valor do lote. R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), conforme o Anexo I do Edital do Pregão Presencial 018/2017 para atender esta autarquia, Haja vista a observância, em toda a tramitação, dos preceitos constantes no edital e na Lei Federal nº 10.520/02.

Jaguariá, 14 de Junho 2017.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Presidente do SAMAE



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Porto Velho, 140 - Jardim São Roque - Jaguariá - PR
Fone/Fax: (43) 3535-1579
CNPJ: 75.658.435/0001-27

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Fundamentado nos termos do art. 25 inciso I, da lei de Licitações, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE Nº 020/2017 Considerando a necessidade desta Autarquia de contar com serviços de recebimento de faturas de água e esgoto, haja vista serem essas as suas fontes de receitas, considerando o fato de que a competição para a seleção desses serviços é inviável, e considerando a realização da seleção pública consistente no Condicionamento Chamamento nº 001/2017 declaro como INEXIGÍVEL a licitação, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, em favor da respectiva empresa:

IMOBILIARIA JAGUAR IMOVEIS LTDA ME
CNPJ- 15.355.643/0001-25
Valor Global Máximo: R\$ 664,00
Dotação: 3.350.39.03.00

Para a prestação de serviços de agenciamento e recebimento de faturas de água e esgoto.

Jaguariá, 01 de Junho de 2017.

Reginaldo Aparecido Cheirubim
Presidente do SAMAE



CÂMARA MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ
Estado do Paraná
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 08/2017.

A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas regimentalmente, e,

CONSIDERANDO reunião com Advogado e Membros da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Jaguariá na Sede do Ministério Público GEPATRIA/SAP (Santo Antônio da Platina), na data de 12 de junho de 2017, às 12h10min, e por acatar a manifestação da Excelentíssima Promotora de Justiça Dra. KELE CRISTIANI DIOGO BAHENA,

RESOLVEM: -

Art. 1º - Designar para o cumprimento da jornada de trabalho e das funções de Advogado efetivo deste Legislativo, o horário compreendido da seguinte forma:

Segunda-feira e Sexta-feira - (4 horas/dia)
Das 08h00min às 12h00min;
Quarta-feira e Quinta-feira - (7 horas/dia)
Das 08h00min às 12h00min
Das 13h00min às 16h00min;
Terça-feira - (8 horas/dia)
Das 08h00min às 12h00min
Das 13h00min às 15h00min;
Das 20h00min às 22h00min

Art. 2º - Sempre que houver necessidade comprovada da presença do Servidor Advogado desta Câmara, desde que haja necessidade e com prévia autorização do Vereador Presidente, compreendido fora do

horário normal estabelecido no Artigo 1º, a conta de Sessões e Reuniões, além de pareceres urgentes, desde que não ultrapasse duas horas diárias, fica o servidor autorizado a fazer o desconto em dias fora do período compreendido no Artigo 1º, com prévia comunicação à Presidência.

Art. 3º - Revogar a Portaria nº 05/2017 e manter a revogação da Portaria nº 013/2012.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

CUMPRÁ-SE

Edifício da Câmara Municipal de Jaguariá, em 13 de junho de 2017.

JOSÉ MARCOS PESSA FILHO
Vereador-Presidente

SANDRA MARIA NEGRINI
Vereadora 1ª Secretária

ALENCAR ALVES DE MELLO
Vereador 3ª Secretária

ADILSON PASSOS FELIX
Vereador Vice-Presidente

JULIANA DE A. LANGNER
Vereadora 2ª Secretária



Câmara Municipal de Jaguariá
Estado do Paraná
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 09/2017.

A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas regimentalmente,

RESOLVE:-

Declarar ponto facultativo neste Legislativo Municipal, no dia 16 de junho do corrente ano, por motivo de feriado alusivo a Corpus Christi, comemorado no dia 15/06/2017 (quinta - feira), retornando expediente normal no dia 19/06/2017.

CUMPRÁ-SE

Edifício da Câmara Municipal de Jaguariá, em 13 de junho de 2017.

VER. JOSÉ MARCOS PESSA FILHO
Presidente



Câmara Municipal de Jaguariá
Estado do Paraná

Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, nº 222 - Cidade Alta
Telefone: (43) 3535-8750

PORTARIA Nº 010/2017

A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas regimentalmente,

RESOLVE: -

Declarar ponto facultativo neste Legislativo Municipal, nas datas de 13 (período da tarde) e 14 de junho (período da manhã) do ano de 2017, por motivo de Luto Oficial pelo falecimento do ex-vereador Jarbas Antônio Fonseca Martins.

Declarar suspensa a Sessão Ordinária, que seria levada a efeito na presente data, de acordo com o Artigo 22, II, "a", do Regimento Interno desta Casa de Leis.

CUMPRÁ-SE

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Jaguariá, em 13 de junho de 2017.

JOSÉ MARCOS PESSA FILHO
Vereador-Presidente

SANDRA MARIA NEGRINI
1ª Secretária